

LUCIANA FREITAS DOS SANTOS

**ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
NA INDÚSTRIA QUÍMICO-FARMACÊUTICA**

SÃO CAETANO DO SUL
2011

LUCIANA FREITAS DOS SANTOS

**ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
NA INDÚSTRIA QUÍMICO-FARMACÊUTICA**

Dissertação apresentada à Escola de Engenharia Mauá do
Centro Universitário do Instituto Mauá de
Tecnologia para obtenção do título de Mestre em
Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos.

Linha de Pesquisa: Impacto Ambiental de Processos Industriais

Orientador: Prof. Dr. João Vicente de Assunção

SÃO CAETANO DO SUL
2011

Santos, Luciana Freitas dos
Análise da Responsabilidade Socioambiental na Indústria
Químico-Farmacêutica – Luciana Freitas dos Santos — São
Caetano do Sul, SP: CEUN-EEM, 2011.
104 p.

Dissertação de Mestrado — Programa de Pós-Graduação. Linha
de Pesquisa: Impacto Ambiental de Processos Industriais —
Escola de Engenharia Mauá do Centro Universitário do Instituto
Mauá de Tecnologia, São Caetano do Sul, SP, 2011.
Orientador: Prof. Dr. João Vicente de Assunção

1. – Engenharia Química. 2. Responsabilidade Socioambiental.
I. Instituto Mauá de Tecnologia. Centro Universitário. Escola de
Engenharia Mauá. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Quero mencionar todos aqueles que, de alguma forma contribuíram para que esse trabalho fosse realizado, meus sinceros agradecimentos e gratidão.

Ao meu querido orientador, Prof. Doutor João Vicente de Assunção, por todo o conhecimento que me passou ao longo deste trabalho com a sua paciência e sabedoria.

Aos professores, Doutora Maria Luiza Padilha e Doutor Octavio Mattasoglio Neto.

À Margareth Marques, da coordenadoria de pós-graduação por me auxiliar todo o tempo em que estive no curso.

Ao profissional Catharino dos Santos pela atenção.

As empresas que responderam a minha pesquisa, pela disponibilidade.

Aos meus queridos amigos que estão sempre me apoiando, em especial a Camila Vitali e Luiz Claudio Saldanha.

Aos meus irmãos Fabiana e Anderson que sempre me dão exemplo de companheirismo e amor.

Ao meu noivo Antonio Carlos Silva por sua dedicação, amor e carinho durante todos estes anos.

A minha mãe em especial, por ser esse ser humano fantástico a qual sou grata por tudo que sou, pelo seu amor, carinho e exemplo de vida.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo levantar os fatos históricos que levaram as Indústrias Químico-Farmacêuticas a ter o envolvimento com a responsabilidade socioambiental, bem como verificar quais são as ferramentas de gestão utilizadas pelo setor. Foi realizada pesquisa exploratória em empresas do setor químico-farmacêutico, da cidade de São Paulo, empresas essas que apresentam atividade de produção industrial na região, e foi observado o posicionamento delas frente à responsabilidade socioambiental e com relação à questão de gestão ambiental. Das empresas pesquisadas foi selecionado um caso para estudo mais aprofundado, onde foram realizadas entrevistas e análise documental. Pode-se verificar que empresas que possuem certificações e sistemas de gestão ambiental bem estabelecidos, são mais abertas a fornecer informações referentes à sua prática de responsabilidade socioambiental, e com interesse em divulgar o seu trabalho externamente, pois acreditam que a prática de responsabilidade socioambiental traz benefícios aos negócios da empresa.

Palavras-chaves: Responsabilidade socioambiental; Gestão ambiental; Indústria Farmacêutica.

ABSTRACT

The present study is aimed at surveying the historical facts that led the Chemical-Pharmaceutical Industry to have involvement with social environmental responsibility and to check what management tools are being used by industry. An exploratory research was performed in chemical-pharmaceutical companies in the city of São Paulo, which are companies that have industrial production activities in this region, and noticed that the criteria used by them facing the social environmental responsibility and the issue of environmental management. One out of the companies surveyed was selected for a further case study, by means of personal interviews and document analysis. It can be seen that companies that have certifications and environmental management systems, well established, are more open to providing information about its practice of social environmental responsibility, and with interest in publishing their work externally because they believe that the practice of social environmental responsibility brings benefit to the company's business.

Key-words: Social environmental responsibility; Environmental management; Chemical-pharmaceutical industry.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIQUIM -	Associação Brasileira da Indústria Química
ABNT -	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ISO -	<i>International Organization for Standardization</i>
ONG -	Organização não governamental
ONU -	Organização das Nações Unidas
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA -	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RS -	Responsabilidade Social
RSA -	Responsabilidade Socioambiental
RSE -	Responsabilidade Sócio Empresarial

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Emissões de gases de efeito estufa pelo Grupo Bayer	70
QUADRO 2: Emissões de gases de efeito estufa do Grupo Bayer, por subgrupos de serviço	70
QUADRO 3: Emissões atmosféricas de outros importantes poluentes	71

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	MODELOS E AÇÕES QUE PERMITEM APRENDER OS CONCEITOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	11
2	OBJETIVO	13
3	METODOLOGIA	14
4	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
4.1	O HISTÓRICO DE AÇÕES DO ENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL	16
4.1.1	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – Estocolmo-1972	17
4.1.2	Bhopal – 1984	18
4.1.3	<i>Responsible Care® - 1985</i>	20
4.1.3.1	Atuação Responsável® na Indústria Química Brasileira	21
4.1.4	Comissão Brundtland – 1987	22
4.1.5	Rio 92 – Um Marco Inicial – 1992	23
4.1.6	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Joanesburgo – 2002	25
4.2	FERRAMENTAS, NORMAS E CERTIFICAÇÕES	27
4.2.1	ISO 14000	28
4.2.1.1	O novo desafio	29
4.2.1.2	Objetivos e conclusões	32
4.2.2	ABNT NBR 16000	33
4.2.3	ISO 26000	34
4.3	PROCESSOS DE ESCOLHA DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO	35
4.3.1	Legislação – Conformidade Legal	36
4.3.2	Princípios e Diretrizes	37
4.3.3	Instrumentos de Gestão	37
4.3.4	Normas e Certificações.	37
4.3.5	Valores e Consciência Organizacional	38
4.4	LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE TRABALHOS REALIZADOS	40
4.5	PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	46
4.5.1	Políticas de Responsabilidade Socioambiental	47
4.6	TEORIA DO STAKEHOLDER	48

4.7	O COMPONENTE SOCIAL E AMBIENTAL	51
4.7.1	Componente Social.	51
4.7.2	Componente Ambiental	53
4.8	A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL – HISTÓRICO	54
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	57
5.1	FASE EXPLORATÓRIA: INDÚSTRIAS FARMACÊUTIVAS DA CIDADE DE SÃO PAULO	58
5.2	ESTUDO DE CASO	58
5.2.1	Caracterização da Empresa	59
5.2.2	Apresentação e Análise da Atuação Socioambiental da Empresa	61
6	CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS		76
APÊNDICES		81

1 INTRODUÇÃO

Responsabilidade social (RS) nas empresas se tornou um dos temas de gestão empresarial mais debatidos e propagados, constituindo uma variável importante na estratégia competitiva das empresas e na avaliação do seu desempenho. As empresas estão tendo de competir em um ambiente de negócios cada vez mais complexo, no qual não é mais suficiente apenas oferecer qualidade, preços competitivos, obedecer às leis e pagarem impostos. As companhias de sucesso serão cada vez mais pressionadas para olhar intensamente o impacto das suas operações dentro e fora de suas paredes institucionais e, cuidadosamente, verificar os impactos de suas políticas e ações em seus empregados, clientes, comunidades, na sociedade como um todo, e no ambiente em que vivemos. (VILELA JUNIOR; DEMAJOROVIC, 2006, p 14).

O conceito de responsabilidade social empresarial (RSE) está relacionado a diferentes idéias de responsabilidade legal, para outros pode significar um comportamento socialmente responsável no sentido ético; e, para outros ainda, pode transmitir a idéia de contribuição social voluntária e associação a uma causa específica.

A responsabilidade social tem sido interpretada pelo público como a contribuição social voluntária das empresas, sendo destacada a sua atuação junto à comunidade, sem considerar como parte integrante da gestão das empresas. Isso ocorre porque a mídia tem divulgado os projetos e investimentos sociais das empresas, como as parcerias com entidades filantrópicas e com governos, em projetos de educação ambiental em escolas, reciclagem de lixo, preservação de ecossistemas, entre outros. Ainda é raro encontrar a questão ambiental tratada de fato como integrante da responsabilidade social, sendo essa uma boa razão para empregar o termo responsabilidade socioambiental (RSA) para esclarecer que as questões socioambientais são indissociáveis (VILELA JUNIOR, DEMAJOROVIC, 2006, p 15).

Um dos maiores desafios que o mundo enfrenta neste novo milênio é fazer com que as forças de mercado projetem e melhorem a qualidade do ambiente, com a ajuda de padrões baseados no desempenho e uso criterioso de instrumentos econômicos, num quadro harmonioso de regulamentação. O novo contexto econômico caracteriza-se por uma tendência mais rígida em relação à postura dos clientes, voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, e tenham boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável (BARBIERI, 2004).

1.1 MODELOS E AÇÕES QUE PERMITEM APRENDER OS CONCEITOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como citado anteriormente, a percepção de que a Terra enfrenta uma crise ambiental sem precedentes, que afeta a sobrevivência da humanidade, é recente e entrou na agenda internacional mais firmemente nas últimas décadas do século passado. Desenvolvimento sustentável tornou-se uma forma utilizada para expressar esta necessidade de manter o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental. Nunca se almejou tanto atingir este objetivo. Segundo Veiga (2007), o binômio Desenvolvimento Sustentável como valor fundamental do século XXI deve ser entendido como síntese da dialética socioambiental em reação à falha metabólica na relação da humanidade com a natureza que se aprofundou com a revolução industrial. Ter responsabilidade socioambiental em uma empresa é estabelecer a ética como compromisso e ter respeito nas atitudes e nas relações com funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, governo e meio ambiente, tal postura empresarial viabiliza “conciliar” o atendimento de negócios social e ecologicamente sustentáveis, mediante o estabelecimento de relações eticamente responsáveis com seus diversos públicos de interesse, interno e externo.

Paralelamente, as organizações, pressionadas pelo contexto de crise e por movimentos sociais ambientalistas, compenetram-se do seu papel relevante para a sustentabilidade da vida no planeta, o que se expressa em projetos de responsabilidade social.

A partir dos anos 90, um grande número de ferramentas, como certificações socioambientais, movimentos e campanhas foram criados em várias partes do mundo com o objetivo de consolidar conceitos como responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, traduzindo-os em práticas de gestão. Espera-se que as organizações sejam transparentes e que esta transparência possa ser verificada.

Na década atual, já é possível perceber uma evolução nas práticas e conceitos de responsabilidade social empresarial, que ganha consistência como atividade profissional. As ações de responsabilidade social são compreendidas não apenas como investimentos que resultam do sucesso econômico das empresas, mas são discutidas sob uma visão mais ampla, que permite identificar as condições sociais e ambientais que levaram a realização dos lucros. Esses elementos tornaram-se, então, fatores importantes de avaliação dos impactos

econômicos dessas organizações. Tendo assim os pilares do desenvolvimento sustentável, por ora acrescenta-se a um pilar econômico, um pilar ambiental, e, para concluir, um pilar social.

Entretanto, se houve uma sensível evolução de conceitos e criação de ferramentas para que a responsabilidade social integrasse a estratégia empresarial e a visão do negócio como um todo; essas mudanças não ocorreram de forma homogênea, em termos concretos. Coexistem experiências inovadoras – que têm como centro o diálogo com *stakeholders* (partes interessadas) e conhecimento dos impactos em toda a cadeia produtiva e de valor – e práticas gerenciais pontuais, que visam apenas sanar problemas derivados do contexto social crítico, como no caso brasileiro, ou mesmo da ação direta da empresa.

Neste sentido, proliferam projetos sociais patrocinados por empresas e iniciativas que visam tornar tangível a responsabilidade social, de modo a integrá-la ao centro da gestão empresarial por meio de um leque amplo de ferramentas e técnicas de gestão, cujo fim último é a evolução sustentável.

2 OBJETIVO

Os conceitos e práticas de responsabilidade socioambiental são recentes e se encontram em processo de construção. Do ponto de vista das organizações existem, ao mesmo tempo, diferentes realidades, necessidades e desafios, mas uma preocupação: incluir as práticas de RSA à cultura e consequentemente a seus sistemas de gestão. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar os acontecimentos históricos que foram os precursores da RSA e da criação de ferramentas de gestão que auxiliam atualmente a indústria na prática de RSA, bem como verificar como se concretiza a RSA em um caso estudado do setor da Indústria Químico-Farmacêutica e analisar quais são as ferramentas de gestão utilizadas pelo setor, de que forma a empresa do estudo de caso atua em termos de RSA e se esta prática traz benefícios aos negócios da empresa.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos do presente trabalho dividem-se em duas fases. Na primeira fase constou de revisão bibliográfica e documental, com o objetivo de efetuar o levantamento das principais questões referentes ao tema da pesquisa, bem como, o histórico das ações que levaram o setor empresarial a ter o envolvimento com a responsabilidade socioambiental.

Em seguida, foi realizada pesquisa com estudo de caso em empresas do setor químico farmacêutico, da cidade de São Paulo, empresas que tinham atividade de produção industrial na região, visando evidenciar o posicionamento delas, frente à responsabilidade socioambiental e com relação à questão de gestão ambiental. Dessas empresas pesquisadas foi selecionado uma para estudo de caso.

Para Gil (1999), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado.

Yin (2001) destaca que cada estratégia apresenta vantagens e desvantagens, dependendo basicamente de três condições: tipo de questão de pesquisa; controle que o pesquisador possui sobre os aspectos comportamentais efetivos e o foco em fenômenos históricos em oposição a fenômenos contemporâneos.

Ainda segundo Yin (2001), os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Com este método, seguiu-se uma sequência composta por três fases: exploratória, coleta de dados e a análise das informações obtidas. Na fase exploratória foi realizado o levantamento das Indústrias Químico-Farmacêuticas que tem atividade industrial na cidade de São Paulo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas que foram aplicadas aos responsáveis por questões socioambientais das empresas, através de questionário, conforme Apêndice B.

Os levantamentos de quais indústrias farmacêuticas estão localizadas na cidade de São Paulo apresentou de início certa dificuldade, pois a indústria farmacêutica no Brasil tem diversos representantes, sindicatos, federações e associações. Foram então escolhidos como

referência os seguintes órgãos: a Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica - FEBRAFARMA, a Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM e o Sindicato da Indústria Farmacêutica da Cidade de São Paulo - SINDUSFARMA.

A partir das informações obtidas sobre o segmento chegou-se ao número de trinta e seis empresas na cidade de São Paulo, das quais foram selecionadas para a pesquisa apenas as indústrias que mantêm atividade industrial na região.

Como em vários casos houve dúvidas se existia atividade industrial, foi realizada uma verificação em sites corporativos na Internet bem como contatos telefônicos com as empresas restantes para obter a informação sobre a existência de atividade industrial. Assim das trinta e seis empresas inicialmente listadas foram selecionadas quatorze para o estudo.

Nessas quatorze empresas que apresentam atividade industrial na cidade de São Paulo, foi realizado um trabalho de contato via telefone, no qual foram localizados os responsáveis pela área ambiental, principalmente as pessoas ligadas à responsabilidade socioambiental da empresa; após o contato foi enviado documento via correio eletrônico (*e-mail*) esclarecendo o objetivo da pesquisa, carta de apresentação da pesquisadora, bem como a informação de que o nome das empresas pesquisadas seria mantido em sigilo, conforme Apêndice A, e o questionário a ser respondido, conforme Apêndice B. Posteriormente ao envio da mensagem para quatorze empresas selecionada foram confirmados via telefone quanto ao recebimento dos documentos.

Das empresas que participaram da pesquisa foi selecionada uma para o estudo de caso onde foram analisados materiais institucionais de divulgação, relatório anual de sustentabilidade e realizada entrevista por meio de questionário conforme Apêndice C. Como a pesquisa do tema RSA nas empresas pode conter algumas especificações ou barreiras que diminuem a confiabilidade da coleta de dados, apenas entrevistas pode não ser a forma de coleta de dados mais indicada, visto que as pessoas ligadas à empresa e à área socioambiental tendem a se manifestar no sentido de conservar uma boa imagem institucional. Desta forma utilizou-se, no estudo de caso, além da aplicação de questionário, realizado por meio de entrevistas, a análise de práticas de RSA divulgadas pela empresa por meio de comunicação corporativa.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A seguir apresenta-se um levantamento bibliográfico no qual buscou-se a utilização de livros-técnicos, dissertações, teses, artigos científicos, entre outras fontes, com o objetivo de efetuar um levantamento das principais questões referentes ao tema da pesquisa.

4.1 O HISTÓRICO DE AÇÕES DO ENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

Podemos dizer que o movimento ambientalista teve início no Século XX com a Conferência Científica da Organização das Nações Unidas - ONU sobre a Conservação e Utilização dos Recursos, em 1949, com a Conferência sobre Biosfera, realizado em Paris em 1968. Porém o grande marco dessa preocupação ambiental foi em 1972 com a Conferência de Estocolmo, que teve por objetivo conscientizar os países sobre a importância da conservação ambiental como fator fundamental para a manutenção da espécie humana.

Os acidentes ambientais foram também os grandes responsáveis pela aplicação da necessidade de se ter uma política ambiental, um acidente significativo para a Indústria foi o de Bhopal na Índia em 1984, que pela sua consequência fez-se criar o programa de responsabilidade social e ambiental o *Responsible Care*®

Destaca-se também que o debate ambiental contemporâneo assume, predominantemente, que a preocupação ambiental está ligada ao problema da poluição e atitudes industriais. (MEBRATU, 1998)

Porém, antes de discutir o conceito de responsabilidade socioambiental necessita-se uma revisão histórica e conceitual dos seus precursores, que podem ser divididos em seis períodos principais, conforme linha do tempo (Figura 1).

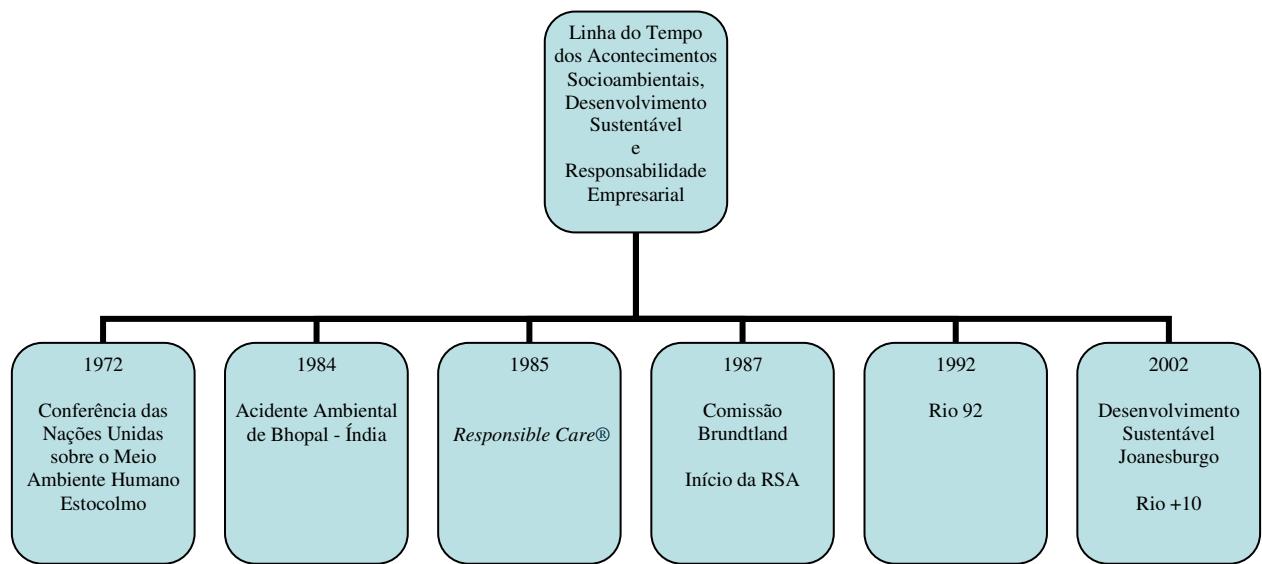


Figura 1: Linha do tempo do desenvolvimento sustentável.

4.1.1 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – Estocolmo - 1972

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo no ano de 1972, reconheceu a importância do gerenciamento ambiental e o uso da avaliação ambiental como uma ferramenta de gestão e representou um grande passo para o desenvolvimento do conceito de desenvolvimento sustentável (MEBRATU, 1998, apud HAGIHARA, 2007). Esse período se caracteriza pela busca de uma nova relação entre meio ambiente e desenvolvimento, pois, mesmo sem esta relação estar plenamente consolidada, havia indicações de que a forma com que o desenvolvimento econômico estava sendo conduzido teria de sofrer alterações, é nesta fase que se difunde a crítica ambientalista ao modo de vida contemporâneo.

Este evento colocou a questão ambiental nas agendas oficiais e nas organizações internacionais, enfocando a necessidade de tomar medidas efetivas de controle dos fatores que causam a degradação ambiental (FREY & CAMARGO, 2003; JACOBI, 1999; JUNQUEIRA, 2002, apud HAGIHARA, 2007). Essa conferência foi marcada pelo antagonismo entre dois blocos: os países desenvolvidos, preocupados com a poluição e o esgotamento de recursos

estratégicos, e os demais países, que defendiam o direito de usarem seus recursos para crescer e assim terem acesso aos padrões de bem estar alcançados pelas populações dos países ricos. Apesar destas divergências, o encontro conseguiu avanços positivos dentre eles a aprovação da Declaração sobre o Ambiente Humano, um plano de ação constituído de cento e dez recomendações, e o início de um envolvimento mais intenso da ONU nas questões ambientais de caráter global. (BARBIERI, 2004, apud HAGIHARA, 2007).

Com a implementação das recomendações, observa-se o início da construção de uma infraestrutura internacional para a gestão ambiental global, como a criação de observatórios para monitorar e avaliar o estado do meio ambiente; a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que passaria a centralizar grande parte das ações da ONU em relação às questões ambientais.

A Conferência de Estocolmo contribuiu de maneira importante para gerar um novo entendimento sobre os problemas ambientais e a maneira como a sociedade provê a sua subsistência (BARBIERI, 2004; MEBRATU, 1998, apud HAGIHARA, 2007). A sua principal contribuição foi conseguir colocar em pauta a relação entre o meio ambiente e desenvolvimento, de maneira que, desde então, não seria mais possível tratar profundamente o desenvolvimento sem considerar o meio ambiente e vice-versa.

Desta relação entre desenvolvimento e meio ambiente é que surge o conceito, ainda recente, denominado “desenvolvimento sustentável”.

4.1.2 Bhopal - 1984

Na noite entre dois e três de dezembro de 1984, cerca de 40 toneladas de metilisocianato e outros gases letais vazaram da fábrica de agrotóxicos da Union Carbide Corporation, em Bhopal, Índia. Foi o pior desastre químico da história. Estima-se que entre 3,5 e 7,5 mil pessoas morreram em decorrência da exposição direta aos gases, e 16 mil pessoas morreram indiretamente por doenças consequentes da exposição aos gases, e mais de meio milhão ficaram feridas, mas o número exato continua incerto. Infelizmente, a noite do desastre foi apenas o início de uma tragédia, cujos efeitos se estendem até hoje. A Union Carbide, que possuía a fábrica de agrotóxicos na época do vazamento dos gases, abandonou a

área, deixando para trás uma grande quantidade de produtos e substâncias tóxicas. Os moradores de Bhopal tiveram como herança contaminação de água contaminada e um legado tóxico que ainda hoje causa prejuízos.

A Union Carbide tentou se livrar da responsabilidade pelas mortes provocadas pelo desastre pagando compensações inadequadas ao Governo da Índia. Estima-se que atualmente mais de 20 mil pessoas morreram na região e uma segunda geração de crianças continua a sofrer os efeitos da herança tóxica deixada pela empresa. Desde então, cerca de, 16 mil pessoas morreram e mais de meio milhão ficaram feridas (GREENPEACE, 2010).

Em 1999, a Union Carbide anunciou sua fusão com a multinacional Dow Chemicals, sediada nos Estados Unidos, criando a segunda maior companhia química do mundo. Ao incorporar a Union Carbide por um total de US\$ 9,3 bilhões, a Dow não apenas comprou os bens, mas também a responsabilidade pelo desastre de Bhopal. Enquanto os moradores de Bhopal continuam a sofrer os impactos do desastre de 1984, a responsabilidade legal pelo acidente ainda está sendo julgada pela Justiça norte-americana, uma vez que a Dow se recusa a aceitar o passivo ambiental adquirido na compra da Union Carbide.

A morte de inocentes civis em Bhopal chocou o mundo e provocou mudanças no comportamento da indústria. Depois deste desastre, a legislação ambiental e de segurança química em muitos países ricos ficou mais rigorosa e o setor desenvolveu códigos de conduta, como *Responsible Care*® chamado no Brasil de Atuação Responsável®. De acordo com o vice-presidente para questões ambientais da Dow, em um discurso feito recentemente: "... em 1984, a terrível tragédia que ocorreu em Bhopal, na Índia, serviu para despertar a indústria química como um todo..." (GREENPEACE, 2010).

As companhias que produzem, manipulam e emitem substâncias tóxicas deveriam ser responsabilizadas pelos impactos que causam na saúde humana e no meio ambiente. O Greenpeace está trabalhando com organizações locais em Bhopal para exigir que a Dow/Union Carbide seja totalmente responsável pela descontaminação da área e pela indenização de todas as vítimas do desastre (GREENPEACE, 2010).

4.1.3 *Responsible Care*[®] - 1985

Criado no Canadá, pela Canadian Chemical Producers Association - CCPA, o *Responsible Care*[®] é um instrumento eficaz para direcionar a gestão da saúde, da segurança e do meio ambiente das empresas químicas e das cadeias produtivas a elas ligadas. O *Responsible Care*[®] é encontrado em 53 países e sua aplicação é coordenada pelo Conselho Internacional das Associações da Indústria Química – ICCA. Atendendo aos conceitos de diálogo transparente com as partes interessadas no setor químico e à melhoria contínua, o programa internacional fornece mecanismos que permitem o desenvolvimento de sistemas e metodologias para cada etapa da gestão da saúde, da segurança e do meio ambiente. O modelo criado é flexível, o que possibilita atender às necessidades de cada país e das empresas nele instaladas (GLOBAL CHARTER, 2011)

O *Responsible Care*[®] foi elogiado pelo PNUMA, pois mostrou como fazer uma contribuição significativa para o desenvolvimento sustentável no Encontro Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em 2002.

Responsible Care[®] é uma iniciativa global da indústria química voluntária em que as empresas, através de suas associações nacionais, trabalham juntas para melhorar continuamente a sua saúde, segurança e desempenho ambiental, e se comunicar com as partes interessadas sobre seus produtos e processos na fabricação e fornecimento de produtos acessíveis e seguros para que tragam assim benefícios reais para a sociedade.

O número de associações da indústria química a abraçar a ética do *Responsible Care*[®] cresceu de 6 para 53 países desde 1992, quando a Agenda 21 foi aprovada. A maioria dos países, onde o Inglês não é a primeira língua, traduziram o nome de Atuação Responsável[®] para transmitir a mesma mensagem, tanto quanto possível. O logótipo é uma marca mundial e comercial da indústria químico farmacêutica.

Responsible Care[®] auxilia a indústria a operar de forma segura, rentável e com cuidado para as futuras gerações. Por meio da partilha de informações e um rigoroso sistema de listas, indicadores de desempenho e procedimentos de verificação, o *Responsible Care*[®], permite à indústria demonstrar como a, saúde, segurança e o desempenho ambiental tem melhorado ao longo dos anos, e assim desenvolver políticas para melhorar ainda mais.

A iniciativa é intencionalmente flexível a fim de transcender as diferenças na cultura, na legislação nacional, permitindo a todas as associações químicas e suas empresas associadas - onde quer que estejam no mundo - a adotar a Atuação. O programa *Responsible Care*® é líder mundial na indústria e, em termos de iniciativa voluntária, o ele é executado em 53 países cujas indústrias químicas combinadas representam cerca de 90% da produção global de produtos químicos (*RESPONSIBLE CARE*, 2010).

4.1.3.1 Atuação Responsável® na Indústria Química Brasileira

O programa Atuação Responsável® foi adotado pela Associação Brasileira da Indústria Química a ABIQUIM em abril de 1992, em uma cerimônia de assinatura dos primeiros “Termos de Adesão” por parte de empresas associadas, ocorrida na sede da associação. Um ano antes, a então Diretoria da associação havia criado uma comissão especial com a missão específica de avaliar a oportunidade do desenvolvimento no Brasil de um programa nos moldes do *Responsible Care*®. O nome Atuação Responsável® foi oficializado como o nome do Programa no Brasil, devido ao entendimento que uma tradução literal do termo *Responsible Care*® para o português não teria significado e que ele transmitia a idéia de proatividade e responsabilidade pretendida pela indústria.

A adesão ao programa, que inicialmente era voluntária, passou a ser obrigatória, a partir de 1998, para todas as empresas associadas à ABIQUIM. Muitos elementos, como o conjunto de indicadores de desempenho utilizado para medir e acompanhar a evolução dos resultados obtidos com a aplicação da Atuação Responsável® é o sistema de verificação externa de 3^a parte, denominado VerificAR, foram introduzidos no programa, visando torná-lo cada vez mais robusto e adequado às necessidades do setor (ABIQUIM, 2011).

4.1.4 Comissão Brundtland - 1987

A publicação do “Relatório Brundtland”, mais conhecido como Nossa Futuro Comum, em 1987, foi feito pela Comissão Mundial para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (CMDM), órgão criado pela ONU. O relatório apresenta a definição de Desenvolvimento Sustentável, que se tornou mundialmente conhecida e que vem a ser um adequado ponto de partida na compreensão do vínculo entre desenvolvimento e meio ambiente: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (FREY & CAMARGO, 2003; JACOBI, 1999; BARBIERI, 2004). A divulgação do relatório representa um ponto de inflexão no debate sobre os impactos do desenvolvimento.

O relatório é o resultado de uma comissão da ONU e parte da abordagem da complexidade das causas que originam os problemas “socioeconômicos” ecológicos da sociedade global. Não só reforça as necessárias relações entre economia, tecnologia, sociedade e política como também destaca a carência do reforço de uma nova postura ética em relação à preservação do meio-ambiente. Caracterizada pelo desafio de uma responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os integrantes da sociedade dos tempos atuais.

O Nossa Futuro Comum apresenta uma lista de ações a serem tomadas pelos Estados e também define metas a serem realizadas em nível internacional, tendo como agentes as diversas instituições multilaterais. A Comissão destaca a forte ligação entre mitigação da pobreza, melhoria ambiental e equidade social através do crescimento econômico sustentável (LOUETTE, 2007).

Desde a sua publicação, o Relatório Brundtland elevou o conceito de desenvolvimento sustentável a um patamar de elemento central nos discursos ambientalistas, dando margem ao surgimento de diversas interpretações, tendo grande aceitação.

4.1.5 Rio 92 – Um Marco Inicial - 1992

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1992, e marca o início da fase atual das discussões ambientalistas acerca da gestão ambiental global.

Esse evento contou com a participação de 178 países e a aprovação de documentos importantes relativos aos problemas socioambientais globais, dentre eles estão, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção da Biodiversidade e a Agenda 21, este último com grande importância na questão de responsabilidade socioambiental. (MEBRATU, 1998; FREY & CAMARGO, 2003; BARBIERI, 2004, apud HAGIHARA, 2007)

A conferência representou o primeiro passo de um longo processo de entendimento entre as nações sobre as medidas concretas, visando reconciliar as atividades econômicas com a necessidade de proteger o planeta e assegurar um futuro sustentável para todos os povos. (JACOBI, 1999, apud HAGIHARA, 2007)

Segundo Barbieri (2004), a Rio 92 reafirma a declaração da Conferência de Estocolmo, tomando-a como base, com o objetivo de estabelecer uma nova equitativa parceria global mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e as pessoas, e procura alcançar acordos internacionais em que se respeitem os interesses de todos e projeta-se a integridade do ambiente e do desenvolvimento global, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra.

A Agenda 21, uma das principais contribuições desta fase, apresenta recomendações específicas para os diferentes níveis de atuação do internacional ao organizacional (sindicatos, empresas, organizações não governamentais - ONGs, instituições de ensino e pesquisa, etc.) sobre assentamentos humanos, erradicação da pobreza, desertificação, água doce, oceanos, atmosfera, poluição e outras questões socioambientais constantes em diversos relatórios, tratados, protocolos e outros documentos elaborados durante décadas pela ONU e outras entidades globais e regionais. Essencialmente, a Agenda 21 é uma consolidação das resoluções já tomadas por tais entidades e estruturadas a fim de facilitar sua implementação nos diversos níveis de abrangência.

O legado mais importante da Rio 92 foi a natureza do processo preparatório para o evento que, em muitos países envolveu diversos segmentos da sociedade, levando o conceito “desenvolvimento sustentável” para todos os “cantos” do mundo, segundo o (MEBRATU 1998, apud HAGIHARA, 2007).

Segundo Vinha (2004), embora as origens do ambientalismo global remontem há mais de duas décadas e de suas premissas básicas terem sido constituídas a partir da Conferência de Estocolmo, o marco histórico ocorreu efetivamente durante a preparação da Rio 92. Essa conferência representou o resultado de um processo de discussão, registrando incontáveis manifestações a favor da sustentabilidade ambiental, com contribuições a diversas áreas do conhecimento humano. A partir desse momento, ganha mais força o fato de que o estado vigente de desenvolvimento estaria em fase terminal, estado este que cresceu em choque com a natureza.

Outro grande evento que marcou esta discussão acerca dos problemas de cunho ambientalista foi o Protocolo de Kyoto, realizado e aprovado no ano de 1997. O objetivo do Protocolo é reduzir, entre os anos de 2008 e 2012, em média, 5,2 % em relação aos níveis de 1990, as emissões da atmosfera dos seis gases que provocam o efeito estufa: dióxido de carbono, metano, óxido nítrico, hidrofluorcarbono, perfluorcarbono e o hexafluorcarbono de enxofre (BARSA, 2005, apud HAGIHARA, 2007)

Apesar de ter sido aprovado no ano de 1997, e ter gerado grande otimismo, o Protocolo de Kyoto inicialmente foi marcado pela retirada de países importantes como os Estados Unidos, China e Índia. Após sete anos, o acordo foi ratificado juridicamente para os 141 países signatários, em 16 de fevereiro de 2005, visando estabelecer medidas concretas na luta contra o aquecimento global do planeta. Segundo Barbieri (2004), o Protocolo de Kyoto foi um grande avanço em termos de gestão ambiental, não apenas pela fixação de metas, como também, por ter criado mecanismos importantes para implementá-las (Implementação Conjunta, Comércio de Emissões e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo).

4.1.6 Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Joanesburgo - 2002

Representantes de governos de mais de 150 países, grandes empresas, associações setoriais, organizações não governamentais, milhares de pessoas, entre elas delegações e jornalistas do mundo inteiro, reuniram-se no final de agosto de 2002, em Joanesburgo, maior cidade da África do Sul, para o Encontro Mundial do Desenvolvimento Sustentável.

A Rio +10, como ficou conhecido o evento, ocorreu trinta anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, sediada em Estocolmo em 1972 (SEQUINEL, 2002).

O objetivo principal da Conferência seria rever as metas propostas pela Agenda 21 e direcionar as realizações reais que requerem um esforço adicional para sua implementação, assim como refletir sobre outros acordos e tratados no Rio 92. Essa nova Conferência Mundial levaria a mais definições, de um plano de ação global, capaz de conciliar as necessidades legítimas de desenvolvimento econômico e social da humanidade, com a obrigação de manter o planeta habitável para as gerações futuras.

Durante os dez dias em que Joanesburgo foi o centro das atenções mundiais para as questões ambientais (26 de agosto a 4 de setembro de 2002), as esperanças de um mundo melhor, com respeito aos direitos humanos básicos, proteção ao meio ambiente e utilização equilibrada dos recursos naturais foram revigoradas. Nessa mega-conferência das Nações Unidas, talvez uma das últimas do ciclo iniciado em Estocolmo há 30 anos e que teve seu ponto máximo no Rio de Janeiro, em 1992, as expectativas de que isso viesse a acontecer foram, em parte, frustradas pelos poucos resultados práticos alcançados em Joanesburgo. Prematuro pensar que uma conferência bastaria para encaminhar a resolução de problemas tão graves e complexos como a fome, as doenças, a poluição ambiental, a devastação das florestas e os desniveis sociais do planeta. Porém, a Cúpula de Joanesburgo deveria ser um momento privilegiado para a análise de tudo o que se havia definido em consenso e firmado pelos governos na conferência do Rio, e também o fórum adequado para se discutirem metas e prazos de implementação dos acordos ainda não cumpridos.

Dos mais de 150 países participantes, muitos apresentaram propostas concretas sobre como colocar em prática as diretrizes do Rio 92 que ainda não saíram do papel, principalmente as questões ligadas à Agenda 21. Entretanto, algumas propostas importantes

não encontraram ressonância nas reuniões de grupos e plenárias do Centro de Convenções de Sandton, onde aconteceram as principais negociações do Rio +10. Blocos de países defenderam de forma intransigente seus interesses, como o chamado grupo Juscanz (Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), que sob a liderança dos norte-americanos e com o apoio incondicional dos países árabes, grandes produtores de petróleo não boicotou, entre outras, as propostas do Brasil e da União Européia sobre energia. Na batalha pelas energias renováveis, nem mesmo a aproximação com a União Européia conseguiu viabilizar a audaciosa e bem recebida proposta brasileira de substituí-lo das matrizes energéticas poluidoras por fontes renováveis de energia em 10% até 2010.

A energia foi tratada como tema Ícone da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. Na fase que antecedeu à Conferência, o Brasil alinhou metas e prazos para as fontes renováveis de energia juntamente com os demais países da América Latina e do Caribe. Em Joanesburgo, apresentou a sua proposta de metas para os chamados novos renováveis, ou seja, fontes mais limpas de energia que incluem a energia solar, a eólica, a geotermal, a das pequenas hidrelétricas e a da biomassa. Apoiada pelo movimento ambientalista, com destaque para o Greenpeace e o WWF (World Wildlife Fund), a proposta brasileira recebeu novos nomes, entre eles o de energia positiva, e se tornou o ponto central da participação brasileira na Conferência Mundial. Desde o início da discussão dos temas, a batalha foi grande no grupo G-7/China, grupo G7 composto pelos seguintes países, Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

Apesar da resistência, o Brasil se manteve firme na defesa do estabelecimento de uma meta global que aumentasse em 10% a participação das energias renováveis até o ano de 2010. Isso possibilitaria a mitigação dos efeitos causadores nas mudanças climáticas e poluição atmosférica, por meio da substituição gradual dos combustíveis fósseis. As negociações em Joanesburgo foram longas e difíceis (SEQUINEL, 2002).

Em Joanesburgo, as empresas multinacionais estiveram fortemente presentes e, como veremos, conseguiram enormes resultados. Falou-se da participação ativa de 200 multinacionais, os interesses dessas empresas eram defendidos pelos próprios delegados oficiais. Mas também elas tinham os seus próprios representantes para lembrar algumas exigências aos negociadores, se fosse necessário.

Outro sinal da nova presença das empresas no desenvolvimento foi o debate sobre as suas responsabilidades sociais e ambientais. Tal tema era novo num recinto oficial

internacional tão solene. A proposta feita, já faz anos, por setores civis, intelectuais e até empresariais de elaborar um código ético para as empresas, em matéria social e ambiental, enfrentou uma maior resistência. É assim que a responsabilidade da empresa é mencionada no plano de ação e na declaração política, mas de forma bem geral e sem caráter obrigatório (CAMINHO DE JOANESBURGO, 2011)

O conceito de sustentabilidade questiona radicalmente o modelo econômico predominante produtivista-consumista. Tanto pela sua abrangência como pela urgência de soluções, o tema era mesmo sensível. Alguns pequenos primeiros passos foram feitos. Num prazo de dez anos, alguns programas de modificação dos modos atuais de produção e consumo (economia ou novas fontes de energia; melhor preservação dos recursos naturais, etc.) deveriam ser encaminhados, mas a articulação entre o crescimento da economia e a degradação do meio ambiente foi rejeitada.

Segundo Gill (2003), as agendas de desenvolvimento sustentável agora já foram consolidadas e estabelecidas, e a tarefa dos políticos é enfrentar desafios para implementar os acordos. Este objetivo foi alcançado e controlado em diferentes fóruns de mega-conferências que tinham originalmente aberto os debates. O vibrante crescimento do ativismo da sociedade civil, juntamente com os pontos discutidos do evento, inclusive pontos que visam atender às necessidades e aspirações das organizações, de base o evento oferece uma agenda mais possível e inspiradora, do que as políticas e as promessas vazias, e impasses que foram inicialmente debatidas em torno da mesa de negociação. A Declaração de Joanesburgo, coloca uma série de desafios para a agenda oficial, mandatos e soluções, e preocupações de um número crescente de organizações populares. A tarefa agora é a ONU incorporar esses pontos de vista, construídos pelo ativismo, e ao mesmo tempo criar decisões governamentais de marketing.

4.2 FERRAMENTAS, NORMAS E CERTIFICAÇÕES

As várias normas existentes não se resumem, porém, à padronização de procedimentos. Elas propiciam à empresa uma ampla reflexão a respeito das ferramentas de gestão a serem utilizadas para garantir o planejamento da evolução sustentável. Elas

implicam, sobretudo, a mobilização interna necessária para realizar um diagnóstico detalhado e fiável do comprometimento da organização. Neste sentido, as normas, são também, parte da estratégia das organizações.

Podemos verificar normas nacionais e internacionais como ferramentas da gestão ambiental, foi destacado neste trabalho, a ISO 14000 como norma internacional. Especificamente na área de Responsabilidade Sócio Empresarial, o Brasil já possui sua norma de responsabilidade social (ABNT NBR 16001), que tem caráter de sistema de gestão e propósito de certificação.

Na área ambiental encontramos normas mais avançadas, com instrumentos aceitos e estabelecidos. Elas são úteis para a divulgação da RSE e também por que oferecem modelos já consagrados que podem servir de inspiração para o aprimoramento das normas sociais. A ISO 26000 é uma das novas ferramentas, (LOUETTE, 2007).

4.2.1 ISO 14 000

A série ISO 14000 constitui, provavelmente, o conjunto de normas mais amplo que já se criou de forma simultânea. Contém, em seu corpo, normas que regulam sua própria utilização e que definem as qualificações daqueles que deverão auditá-la sua aplicação, incluindo os critérios de qualificação dos próprios auditores. Propõe-se a normalizar as referências ambientais de outras normas e influenciará a decisão do consumidor final nos pontos de venda, com o uso de símbolos de conformidade ambiental, estampados nos produtos ou em suas embalagens.

Tal sistema de normalização, tão abrangente, tem como um de seus méritos a proteção das organizações responsáveis contra concorrentes predadores que, por não respeitarem as leis e os princípios de conservação ambiental, não internalizam alguns custos de seus produtos e serviços, que acabam sendo arcados pela sociedade. A generalização dos princípios do desenvolvimento sustentável e dos cuidados com o meio ambiente entre todas essas organizações, indistintamente, tem um efeito que pode ser resumido na expressão “quando todos pagam, cada um paga menos”.

Em contrapartida, um sistema de normalização como a série ISO 14000 pode também ser nefasto se for utilizado para abrigar, em suas entrelinhas, interesses corporativos e mecanismos de proteção comercial. Essa ameaça pode partir de setores produtivos obsoletos ou de países que procuram se proteger de novos fornecedores externos mais eficientes, que empregam tecnologias de menor impacto ambiental e utilizam matérias-primas menos poluentes. (VALLE, 2002).

Outro grande mérito dessa série de normas ambientais é a universalização de conceitos e procedimentos, sem perder de vista características regionais.

4.2.1.1 O Novo Desafio

Com a série ISO 14000, as normas ambientais transcendem as fronteiras nacionais e colocam a gestão ambiental no mesmo plano já alcançado pela gestão da qualidade. Cria-se, assim, mais um condicionamento para o êxito da empresa que exporta e disputa sua posição em um mercado globalizado.

Conciliar as características ambientais dos produtos e serviços com os paradigmas da conservação ambiental é cada vez mais, um requisito essencial para as organizações que buscam na qualidade ambiental um fator de sucesso para se posicionar bem no mercado no qual atuam, encontram, nas normas ISO 14000, a oportunidade para se valorizar internacionalmente.

Segundo Valle (2002), um dos méritos do sistema de normas ISO 14000 é a uniformização das rotinas e dos procedimentos necessários para uma organização certificar-se ambientalmente, cumprindo um mesmo roteiro-padrão de exigências válido internacionalmente. A norma da série que orienta para essa certificação ambiental da organização é a ISO 14001, denominada Sistema de Gestão Ambiental – Requisitos com Orientações para Uso. Para que esse certificado seja reconhecido internacionalmente é necessário, contudo, que o procedimento de certificação seja feito por uma terceira parte, isto é, uma entidade especializada e independente, reconhecida em um organismo autorizado de acreditação ou credenciamento, no caso do Brasil representado pela ABNT.

Essa certificação ambiental internacional beneficia, em especial, as organizações que são obrigadas a comprovar a adequação de seus produtos e processos aos novos paradigmas ambientais, cumprindo exigências distintas em cada país para onde exportam. A conformidade com uma norma reconhecida internacionalmente como a ISO 14001, tende a reduzir o número de auditorias ambientais independentes exigidas, seja por clientes, agências ambientais ou organismos de certificação.

Para alcançar a certificação ambiental, uma organização deve cumprir exigências básicas expressas na norma ISO 14001, que é a norma certificadora da série ISO 14000:

- ter implantado um Sistema de Gestão Ambiental;
- cumprir com a legislação ambiental aplicável ao local da instalação;
- assumir um compromisso com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental.

Para atingir a certificação ambiental pela norma ISO 14001, devem ser explicitados, em uma primeira fase, os compromissos e princípios gerenciais da organização, consubstanciados em sua Política Ambiental. Valendo-se do estabelecimento dessa política são definidos os objetivos e as metas da organização e os procedimentos a serem seguidos por todos os seus colaboradores. Ainda nessa fase devem ser criados procedimentos de controle da documentação e deve ter início o treinamento do pessoal, no que se poderia chamar de fase preparatória. Uma segunda fase, de diagnóstico ou pré-auditória, permite identificar os pontos vulneráveis existentes nos procedimentos ambientais da organização, ensejando ou equacionamento a sua correção. Organizações que já se preocupam com sua imagem ambiental e implantaram sistemas próprios de gestão ambiental têm maior facilidade em se adequar à norma ISO 14001, podendo alcançar, em prazo mais curto, a almejada certificação ambiental.

Vem a seguir a fase da efetiva certificação que deve ser contratada com uma entidade credenciada para emitir o correspondente certificado de conformidade com a norma ISO 14001. Nessa fase a organização submete-se a auditoria ambiental, que deve comprovar sua conformidade com os padrões de qualidade exigidos pela legislação ambiental, tanto nacional como local, e pelos manuais de qualidade instituídos e utilizados pela própria organização.

Como a norma ISO 14001 requer a observância de todas as leis ambientais aplicáveis, como pré-requisito essencial para certificar uma organização, tal certificação fica restrita a um local físico definido. A certificação vale, portanto, para o estabelecimento que esteja instalado

naquele local e fica vinculada ao cumprimento de toda a legislação ambiental que tenha efeito sobre o referido local.

A fim de eliminar ou reduzir os impactos causados por suas atividades sobre o meio ambiente, a organização que pleiteia certificação na norma ISO 14001 compromete-se a melhorar continuamente seu desempenho ambiental. Para tanto terá de identificar e aplicar tecnologias adequadas para tratar ou pelo menos dispor corretamente seus resíduos da produção e prever que seus próprios produtos, ao fim de suas vidas úteis, um dia se tornarão resíduos.

A adesão à norma ISO 14001 não exige como pré-requisito, a certificação pelas normas da série ISO 9000 e vice-versa. São sistemas independentes, embora a adesão a ambos gere economias de escala quanto à documentação e a prática das auditorias periódicas que ambos os sistemas exigem.

A série ISO 14000 não é uma coletânea de normas técnicas, mas sim um sistema estruturado de normas gerenciais que cobrem um leque de atividades e temas relacionados com a gestão ambiental. Entre esses temas, incluem-se normas específicas sobre como avaliar e interpretar o ciclo de vida de um produto e sobre como devem ser os rótulos e as declarações ambientais que deem respaldo as suas qualidades.

A avaliação do Ciclo de Vida de um produto leva em conta todos os estágios de sua produção, identificando os efeitos sobre o meio ambiente de todos os componentes e processos envolvidos, a partir da extração das matérias-primas utilizadas, incluindo a energia consumida durante sua fabricação e em sua futura utilização, até seu descarte final. A avaliação do ciclo de vida pode constituir-se em um poderoso elemento de *marketing* para bons produtos e boas empresas. Entretanto, se for utilizada com fins comerciais velados, pode constituir verdadeira barreira ambiental contra a utilização de certas matérias-primas e produtos intermediários. Alguns setores industriais são particularmente vulneráveis a pressões comerciais que podem ser baseadas em análises e interpretações tendenciosas do ciclo de vida de seus produtos por parte de importadores e compradores de outras regiões. Daí a importância de dispor-se de um banco de dados específicos para as condições regionais e locais, que permita demonstrar, de forma numérica e inofismável, as eventuais vantagens competitivas dos produtores e serviços do vendedor-exportador.

A Rotulagem Ambiental, vulgarmente designada de selo ecológico ou “selo verde”, é outra ferramenta importante no processo de identificação dos produtos que provocam menores

impactos ambientais durante seus ciclos de vida. Esses selos são marcas, símbolos ou declarações utilizados para orientar o consumidor final sobre a qualidade ambiental de um produto e, por motivos óbvios, sua concessão só deverá ser feita por organismos de certificação independentes, que gozem de credibilidade e atuem com isenção. Já instituídos por diversos países e regulamentados pela União Européia para uso nos países-membros desse bloco econômico, os selos ecológicos tendem a tornar-se importante arma de *marketing* e, se mal-utilizados, podem constituir-se em uma forma de protecionismo comercial.

A série ISO 14000 inclui um conjunto de normas para tratar especificamente da rotulagem, tema cuja importância deverá crescer no comércio internacional com a eliminação gradativa, espera-se, das barreiras fiscais e das práticas de subsídios pela Organização Mundial do Comércio (OMS). Com a eliminação das barreiras tarifárias e dos regimes de quotas de importação, práticas condenadas pelas novas regras do comércio internacional, alguns setores econômicos que estão perdendo competitividade podem lançar mão da variável ecológica, criando uma barreira ambiental para se protegerem de produtos mais competitivos produzidos em outros países. (VALLE, 2002).

4.2.1.2 Objetivos e conclusões

Em sua concepção a série de normas ISO 14000 tem como objetivo central um sistema de gestão ambiental que auxilia a organização a cumprir seus compromissos assumidos em prol do meio ambiente. Como objetivos decorrentes, as normas criam sistemas de certificação, tanto das organizações como de seus produtos e serviços, que possibilitam distinguir as empresas que atendem à legislação ambiental e cumprem os princípios do desenvolvimento sustentável.

As normas da série ISO 14000 não substituem a legislação ambiental vigente no local onde está instalada a organização. Na realidade, as reforçam, ao exigirem o cumprimento integral dessa legislação local, para que seja concedida a certificação da organização. As normas também não estabelecem padrões de desempenho. Eles devem ser estabelecidos pela própria organização, nos limites compatíveis com sua Política Ambiental.

Tomando sempre por base o Sistema de Gestão Ambiental, as normas da série ISO 14000 estabelecem diretrizes para as auditorias ambientais, avaliação do ciclo de vida dos produtos, tornando possível, assim, a total transparência da organização e de seus produtos com relação aos aspectos ambientais. As normas servem, portanto, de modelo para a implantação desses programas no campo de ação da organização, permitindo harmonizar procedimentos e diretrizes aceitos internacionalmente com a experiência e a tradição empresarial local.

A decisão de uma organização de aderir às normas da série ISO 14000 constitui certamente um importante passo para a conscientização ambiental de todos os seus colaboradores, influenciando, dessa forma, seus fornecedores e clientes (VALLE, 2002).

4.2.2 ABNT NBR 16000

Associação Brasileira de Normas Técnicas – (ABNT) tem a NBR 16000 que é uma norma brasileira de responsabilidade social que tem caráter de sistema de gestão e propósito de certificação.

Fundada em 1940, a ABNT é o órgão responsável pela normalização técnica no País, que fornece base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. É entidade privada, sem fins lucrativos e membro fundador da *International Organization for Standardization* (ISO); da Comissão Pan-americana de Normas Técnicas (COPANT) e da Associação Mercosul de Normalização (AMN).

Esta Norma estabelece os requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão da responsabilidade social, permitindo à organização formular e implementar uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e outros, seus compromissos éticos e sua preocupação com a: promoção da cidadania; promoção do desenvolvimento sustentável e transparência das suas atividades.

A NBR 16001 tem por objetivo fornecer às organizações os elementos de um sistema da gestão da responsabilidade social eficaz, passível de integração com outros requisitos da gestão, de forma a auxiliá-las a alcançar seus objetivos relacionados com os aspectos da responsabilidade social. Não se pretende, criar barreiras comerciais não-tarifárias nem ampliar

ou alterar as obrigações legais de uma organização. Ela não prescreve critérios específicos de desempenho da responsabilidade social e se aplica a qualquer organização que deseje:

- implantar, manter e aprimorar um sistema da gestão de responsabilidade social;
- assegurar-se de sua conformidade com a legislação aplicável e com sua política de responsabilidade social;
- apoiar o engajamento efetivo das partes interessadas;
- demonstrar conformidade com esta Norma ao: realizar uma auto-avaliação e emitir autodeclaração da conformidade com esta Norma; buscar confirmação de sua conformidade por partes que possuam interesse na organização; buscar confirmação de sua autodeclaração por uma parte externa à organização; buscar certificação do seu sistema da gestão da responsabilidade social por uma organização externa.

Os requisitos da NBR 16001 são genéricos, para que possam ser aplicados a todas as organizações. Sua aplicação dependerá de fatores como a política de responsabilidade social da organização, a natureza de suas atividades, produtos e serviços; da sua localidade e das condições em que opera.

A NBR utiliza, como um dos seus fundamentos, as três dimensões da sustentabilidade – econômica, ambiental e social, conceitos descritos como sustentabilidade, esta fundamentada na metodologia conhecida como PDCA (Plan-Do-Check-Act, ou planejar-fazer-verificar-atuar) (ABNT, 2010).

4.2.3 ISO 26000

A *International Organization for Standardization* (ISO) foi criada em 1946 como uma confederação internacional de órgãos nacionais de normalização de todo o mundo. Promove normas e atividades que favoreçam a cooperação internacional nas esferas intelectual, científica, tecnológica e econômica. Com sede em Genebra na Suíça, está presente em mais de 150 países, nos quais é representada por organismos nacionais de normalização. No Brasil, sua representante é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As séries de sistemas de gerenciamento atualmente disponíveis na ISO são consideradas como dois dos grandes sucessos de modelos da gestão do final do século 20.

O processo de elaboração da ISO 26000 é inovador dentro da ISO por ter como premissa a construção coletiva do conhecimento e a participação *multistakeholder*: consumidores, empresas, governos, organizações não-governamentais, sociedade civil, trabalhadores, além de organismos de normalização e entidades de pesquisa. Assim, um de seus destaques é a ampliação da participação de partes interessadas, em geral excluídas de processos dessa natureza – trabalhadores, consumidores e ONGs, sobretudo por empresas e organismos de normalização.

Por essa razão, deve ter legitimidade, profundidade e abrangência que a tornem capaz de consolidar as diversas iniciativas já existentes no campo da responsabilidade social. Esse é um trabalho permanente. As mesmas características que a legitimam fazem com que, a medida que os debates avançam, cresce a demanda por sua universalização. O desafio é trazer mais organizações para participar deste processo.

A sua finalidade consistirá em apresentar diretrizes de responsabilidade social e orientar organizações de diferentes portes e naturezas – pequenas, médias e grandes empresas, governos, organizações da sociedade civil, entre outras – a incorporá-los a sua gestão. Por ser aplicável a diversos tipos de organizações e não somente às empresas, a ISO 26000 utilizará a terminologia social empresarial (SER)

A ISO 26000 será consistente, e, não conflitante com normas da ISO e outros documentos, tratados e convenções internacionais já existentes. A intenção é que se torne um documento-guia de RS, capaz de orientar organizações em diferentes culturas, sociedades e contextos, para estimular a melhoria de desempenho e resultados. (FERRAMENTAS DE GESTÃO, 2009).

4.3 PROCESSOS DE ESCOLHA DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO

Cada organização tem seus próprios desafios, externalidades, cultura corporativa, diferentes partes interessadas e sistemas próprios de gerenciamento.

A proliferação de modelos de ferramentas de gestão dificulta o entendimento e clareza dos gestores para sua escolha e utilização. Alguns modelos são complementares, enquanto outros apresentam muitas sobreposições.

Mas as ferramentas de gestão têm em comum a capacidade de ordenar o tema da RS nas organizações. Talvez seja esta a principal motivação para quem procura um modelo de gestão: integrar a práticas de RS de forma natural, respeitando os diferentes estágios de evolução de cada organização, desmistificando seus aspectos abstratos, tornando-as, assim, uma atividade cotidiana da organização.

Ao escolher uma ferramenta, o gestor deve ponderar entre as limitações e os benefícios de sua escolha. Assim considerará, como adequada, aquela que influencia o comportamento da organização de maneira desejável e previsível, promovendo uma mudança significativa, direcionada e monitorada, que impacta, em diferentes aspectos, seus processos organizacionais rumo à sustentabilidade do planeta.

O processo de escolha das ferramentas inicia e se detém quase sempre na reflexão sobre questões básicas:

- Quais as oportunidades e/ou ameaças a RS traz para a sua organização?
- Como a organização deve posicionar-se estrategicamente diante dos desafios apresentados?
- Como transformar desafio em oportunidade, integrando essa oportunidade na estratégia central das organizações?

4.3.1 Legislação – Conformidade Legal

A legislação é um mecanismo eficiente e democrático de indução de boas práticas de Responsabilidade Social, mesmo se sua existência nem sempre é suficiente para assegurar o seu cumprimento. Promover a criação e o aperfeiçoamento de políticas públicas, assim como cumprir e fazer cumprir a lei, propicia o avanço do movimento da RS em prol da sustentabilidade do planeta. Para os mais regulacionistas, a determinação das organizações em não deixar o Estado impor-lhes novos constrangimentos legislativos é confirmada ao antecipar-se a eles.

4.3.2 Princípios e Diretrizes

Os princípios e diretrizes devem estar presentes nas organizações desde o início da trajetória para a sustentabilidade, pois esses instrumentos definem o seu escopo e auxiliam no seu entendimento por trabalhar com a visão integrada da RS. Nem todos os princípios e diretrizes são adequados para as organizações mais iniciantes, no entanto fazem parte da sua realidade e dos mercados onde atuam. Vale observar que não há uma separação tão explícita entre os princípios e diretrizes e a legislação, uma vez que os princípios e diretrizes se fundamentam na lei.

4.3.3 Instrumentos de Gestão

Gerenciar de forma cada vez mais efetiva as relações com seus públicos de interesse diretos e indiretos – além dos impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes de suas atividades em toda sua cadeia de valor – é a palavra de ordem dos instrumentos de gestão da organização. Por mais que persista uma graduação ampla entre os instrumentos segundo o nível de detalhe, de mensuração e de verificação, o grau de interatividade da organização com seus *stakeholders*, cadeia produtiva, de valor e redes de cooperação, além do acompanhamento externo (auditoria), é hoje o fator mais importante de diferenciação dos instrumentos observados. A relevante formação de redes de cooperação, em que uma organização influencia as demais é por elas influenciada, induz à melhora contínua desse processo.

4.3.4 Normas e Certificações

Além das leis, os princípios e diretrizes também fundamentam as normas e certificações tornam-se “obrigatórias” para posicionamentos estratégicos e acesso a mercados. Uma das principais forças motrizes do avanço da RS é o mercado: o maior castigo, não são as

multas governamentais, mas a perda de mercado imposta por um consumidor consciente e bem informado.

4.3.5 Valores e Consciência Organizacional

Por fim, e indo além da eficiência econômica, equidade social ambiental, a RS requer um processo de entendimento que demanda atitude, princípios, valor, DNA: uma forma de ser, pensar, decidir, agir, conduzir e reagir (*Plan, Do, Check, Act*) diante de suas atividades. Requer também um processo de entendimento em que os comportamentos éticos trazem ganhos econômicos e não prejuízo. É preciso entender que se trata de nosso desafio: ter a responsabilidade pelo todo começando pelas pessoas, individualmente, superar-se passa a ser, então e também, o grande objetivo.

Sair da zona de conforto, para encontrar novos modelos novas tecnologias e novos parceiros na busca e melhoria das soluções em vez de usar a mesma mentalidade, esperando resultados diferentes, mas que não resolvem os mesmos desafios. “O mundo não evoluirá para além de seu atual estado de crise, usando o mesmo pensamento que criou a situação” (Albert Einstein citado em LOUETTE, 2007).

É preciso visão, inovação, ousadia e espírito empreendedor para dar um grande salto rumo a um mundo diferente. A escala de desafios é imensa e exige abordagens radicais para mudanças essências, salto de consciência, desenvolvimento espiritual, conciliando razão e emoção, cabeça e coração (LOUETTE, 2007).

São estas as principais exigências do cenário global para uma evolução sustentável. Uma revisão dos valores humanos diante de uma crise civilizatória.

O exercício do diálogo com alicerce na ética, capaz de conciliar e concentrar três forças distintas: o chamado primeiro setor, ou poder público; o segundo setor, constituído pelo poder privado, e o terceiro setor, representado pelas organizações não-governamentais. O terceiro setor tem idéias, mas não tem dinheiro; o segundo setor tem dinheiro, mas não desfruta credibilidade; o primeiro, por sua vez, tem poder, mas sem eficácia.

Construir um ambiente institucional favorável à evolução sustentável exige da sociedade um nível mínimo de conscientização sobre o desafio e de consenso sobre as

possíveis soluções: ações articuladas entre Estado, empresas e sociedade civil. O caminho da transformação exige estratégia, metodologia, persistência e muita coerência, requer o reconhecimento de políticas públicas como fator de universalização de interesses coletivos e a coerência dos agentes econômicos entre esse consenso e suas práticas cotidianas.

A capacidade de articulação entre governo, empresa e a sociedade civil vai determinar a velocidade da mudança de atitude que pode acelerar a transição de um mundo baseado em um modelo esgotado de relações ambientais, sociais e econômicas para a nova era da sustentabilidade.

Não por acaso a falta de articulação institucional, entre empresas, setor privado e sociedade civil, tem sido apontada como principal obstáculo à incorporação dos desafios da sustentabilidade aos objetivos e ações estratégicas das organizações.

Por ora basta dizer que um exercício realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), muito revelador e particularmente subversivo, expressa a relação entre as despesas mundiais necessárias para tratar os males mais inaceitáveis da humanidade – fome, falta de acesso a água potável, falta de cuidados básicos e luta contra epidemias curáveis – e os gastos com publicidade. Para combater a indignidade humana, bastariam algumas dezenas de bilhões de dólares por ano, US\$ 50 bilhões, que fossem. No entanto, somos incapazes de reunir essa soma, revelam os pesquisadores, muito embora desembolsemos cinco a dez vezes mais com despesas publicitárias. E nem estamos falando dos gastos com armamento, que supera todos os orçamentos. É uma boa demonstração de que a escassez de recursos, ou mesmo de moeda, não está, absolutamente, na origem das principais contradições e incoerências no desenvolvimento da economia socioambiental mundial. Os desafios não são poucos. (LOUETTE, 2007).

“De uma nova consciência pode surgir a criação de um novo mundo, mais justo e sustentável. Estamos falando nada menos que reinventar a nós mesmos, reenquadrar nossas percepções, remodelar nossas crenças e nossos comportamentos, adubar nosso conhecimento, reestruturar nossas instituições e reciclar nossas sociedades”. (Hazel Henderson citado em LOUETTE, 2007).

4.4 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE TRABALHOS REALIZADOS

Dissertação apresentado à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo por Fernando Hagihara Borges, orientado pelo Professor Doutor Wilson Kendy Tachibana, com o título: *O Meio Ambiente e a Organização: um estudo de caso baseado no posicionamento de uma empresa frente a uma nova perspectiva ambiental.*

O trabalho teve como objetivo analisar as motivações que levam as organizações empresariais a adotar práticas de gestão ambiental, bem como, verificar o modo de internalização dessas práticas. Para a realização do trabalho, o mesmo foi dividido em três partes principais. Na primeira parte, o autor levou a cabo uma revisão da literatura pertinente, com a apresentação de um panorama histórico acerca do tratamento das questões ambientais, a apreciação dos conceitos e abordagens teóricas que a gestão ambiental empresarial vem assumindo e, o tratamento dado pela teoria econômica sobre o assunto. Na segunda parte, foi realizado um estudo de caso de uma organização com postura ambiental diferenciada do setor de produção de materiais escolares e cosméticos, no qual o autor procurou elucidar os aspectos relativos aos modos e motivações que levaram a instituição a adotar tal comportamento. As informações obtidas durante o processo de coleta de dados salientaram que, apesar do posicionamento ambiental adequado da empresa, a internalização da variável ambiental é principalmente motivada por fatores econômicos e financeiros. Num primeiro instante, a empresa resguarda-se da aplicação de sanções legais vigentes; em uma etapa posterior, com a visualização de oportunidades de retornos financeiros decorrentes dos ganhos em eficiência operacional como também da melhoria da imagem institucional, a empresa passar a ser mais atuante.

De acordo com as informações do autor a empresa estudada possui um posicionamento diferenciado perante as questões relativas ao gerenciamento dos impactos ambientais de suas atividades produtivas. Em relação à sistematização dos procedimentos de gestão ambiental bem como a adoção e o estabelecimento de um Sistema de Gestão Ambiental adequado às normas ISO 14001 ainda são recentes e, no princípio as ações neste âmbito de análise segundo o autor direcionaram-se para o cumprimento dos dispositivos legais vigentes.

Segundo o autor a empresa ao incorporar ações de práticas sustentáveis, mesmo que induzidas no primeiro momento por adequação jurídica, a organização passa a visualizar oportunidades de se obter retornos financeiros através dos benefícios gerados com possíveis ganhos em eficiência operacional, que por sua vez, culminam em redução de custos. Esta perspectiva, juntamente com a noção de exaustão dos recursos naturais, que acarretam o aumento do preço desses mesmos recursos, leva a uma nova discussão: a poluição torna-se, para a empresa, um indicador de ineficiência sendo, assim, mais custosa. Para reverter este quadro a empresa segundo o autor passa a investir no desenvolvimento de técnicas destinadas à melhoria no aproveitamento dos recursos produtivos, este fato pode ser observado através da redução da geração de resíduos sólidos, líquidos e gasosos.

A adoção de uma postura favorável à preservação do meio ambiente, segundo o autor viabiliza um meio de diferenciar-se competitivamente. Este diferencial apresentou-se em três espectros principais: mudanças significativas na divulgação, em postura sustentável e a diferenciação dos bens e serviços produzidos.

Segundo nota do autor a internalização da variável ambiental tende a ocorrer de uma forma gradual, ou seja, não se consolida de forma automática. A organização, geralmente, tende a vivenciar dois processos fundamentais: adequação e conformidade ao aparato jurídico e códigos setoriais; conscientização e incorporação estratégica da variável ambiental

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, por Fernanda Gabriela Borger, orientada pelo Professor Doutor Isak Kruglianskas, com o título: *Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial.*

O trabalho teve como propósito buscar maior entendimento sobre a influência da adoção dos conceitos e ferramentas da responsabilidade social na gestão empresarial. Para tanto a autora selecionou alguns aspectos que caracterizam a gestão da responsabilidade social empresarial para que fossem verificados eventuais relacionamentos destes com algumas dimensões do desempenho organizacional.

Na revisão bibliográfica elaborada sobre o assunto, a autora constatou que o mesmo é bastante emergente, com uma literatura variada e ainda pouco convergente, sugerindo ser esta temática complexa, multidisciplinar e encontra-se ainda, aparentemente, em estágio embrionário. A partir dos conceitos levantados na literatura formulou-se um referencial conceitual que orientou a realização de uma pesquisa empírica envolvendo três empresas brasileiras: De Nadai Alimentação S/A, Daimler Chrysler do Brasil Ltda e Natura S/A.

O estudo realizado pela autora caracterizou-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, orientada para a análise e a categorização das características organizacionais das empresas que incorporam a dimensão social e ambiental na sua gestão. O método usado pela autora foi o de multicaso. O processo para a coleta de dados teve duas fases distintas: a primeira consiste na revisão bibliográfica com vistas a identificar casos potencialmente de interesse, e a segunda a coleta de dados para o estudo de casos.

Na primeira fase a autora levantou dados secundários junto a entidades que promovem a RSE, por meio da internet, consultas a publicações, periódicos e artigos na imprensa e pesquisas já realizadas. Na segunda fase a autora realizou coleta de dados para a elaboração do estudo de caso. Para o levantamento dos dados secundários referentes ao contexto de atuação das empresas e características organizacionais, foram coletados via internet, em entidades e associações técnicas setoriais, publicações e documentos de divulgação das empresas selecionadas.

Os dados primários da pesquisa foram obtidos pela autora diretamente por meio de entrevistas, observações e visitas a empresas. Segundo a autora foram entrevistadas pessoas-chave das empresas relacionadas com a Responsabilidade Social, diretores e gerentes das áreas socioambientais das empresas, as entrevistas seguiram um questionário estruturado com perguntas abertas, abordando as variáveis da pesquisa.

Segundo a autora estabelecer uma relação entre a atuação orientada para a RSE e a dinâmica empresarial é uma tarefa complexa, pelo estudo de caso das três empresas, a atuação orientada para a RSE afeta positivamente a dinâmica empresarial.

Os resultados da pesquisa mostram que o relacionamento entre as variáveis estudadas é bastante dependente do contexto em que atuam as empresas. Várias análises são feitas sobre as relações entre as variáveis, lançando algumas luzes sobre um tema bastante novo e controvertido.

Artigo publicado pela Revista Brasileira de Ciências Ambientais, Número 12 em Abril de 2009, por Maria Luiza de Moraes Leonel Padilha, orientada pelo Professor Doutor Arlindo Philippi Jr., com título: *Prática ambiental em indústrias têxteis do Estado de São Paulo*.

Este trabalho insere-se nos estudos de gestão ambiental empresarial. Especificamente, objetivou trazer discussão sobre a abertura por parte das indústrias têxteis no Estado de São Paulo quanto às suas atividades na área ambiental, bem como sobre possíveis práticas ambientais. Trata-se de resultado de pesquisa quantitativa utilizando de *survey* para coleta de dados, buscando identificar se empresas do setor tem predisposição à transparência, bem como práticas ambientais, além de apurar a relevância do gerenciamento ambiental e divulgação de informações ambientais à sociedade, e a correlação entre a prática e a transparência. Como resultado foi verificado que há esta predisposição à transparência, entretanto, segundo a autora, faltam ainda ações no sentido de uma gestão ambiental integrada e sistemática como parte integrante e natural do processo de gestão da indústria. Os dados evidenciam que a gestão ambiental ainda é compreendida como um setor a parte ao processo industrial como um todo, e não como intrínseco ao processo produtivo.

O resultado da pesquisa realizada pela autora revela que as indústrias pesquisadas têm predisposição a revelar informações sobre as questões ambientais, considerando mesmo de fundamental importância a divulgação dessas informações para o seu desempenho. Ao mesmo tempo, um grande número de empresas consultadas não respondeu à pesquisa. Embora não fosse possível especular os motivos pelos quais não se obteve sucesso com esse número de empresas, a autora pôde inferir, provisoriamente, que a causa tem sido a ausência de prioridade ou mesmo de pessoal responsável nas empresas, que pudesse fornecer as informações solicitadas. De outra parte, as empresas que responderam à pesquisa, apresentaram dificuldades em relação aos aspectos internos de treinamento de funcionários e, consequentemente, de implementações das práticas ambientais, indicando pouca consciência interna sobre a importância do gerenciamento ambiental.

A autora também afirma que em geral, as empresas têm práticas ambientais, porém estas se encontram atualmente setorizadas, havendo necessidade de implementação de sistemas de gestão ambiental que integrem todos os aspectos da cadeia produtiva têxtil. Isso é confirmado pelo número de empresas do setor têxtil com certificação ISO 14001, válidas com

marca de credenciamento Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, segundo informações constantes do site do Instituto.

O pior resultado obtido na pesquisa diz respeito à realização de parcerias com a comunidade, concretizadas por apenas cerca de 40% das empresas, indicativo de que estão mais voltadas para as questões internas, revelando baixa preocupação para a responsabilidade social da indústria com a comunidade de seu entorno.

No tocante ao aspecto da correlação entre a disposição à transparência e as práticas ambientais, os dados obtidos não apresentaram indícios suficientes para afirmar que a predisposição à transparência ambiental tem associação significativa com a prática ambiental das empresas têxteis do Estado de São Paulo, no âmbito das empresas pesquisadas.

Entretanto, a partir da análise estatística realizada, foi verificado que algumas questões apresentaram uma associação significativa entre essas características, apontando, assim, para uma possível influência entre elas.

As questões que apresentaram correlação significativa, dentro do nível adotado, foram as seguintes: primeiro, o treinamento formal dos funcionários em aspectos ambientais e implementação de sistema de gestão ambiental, o que revela a importância da implementação de Sistemas de Gestão Ambiental, com forte treinamento dos funcionários, para a facilitação da obtenção de bons resultados no aspecto ambiental; a segunda questão se refere ao aspecto da valorização pelo cliente de produtos de empresa que vem buscando adotar práticas ambientais coerentes com as exigências do mercado atual. Isso revela a importância da adoção de práticas ambientais adequadas e da divulgação de informações ambientais para a obtenção de bons resultados financeiros para o setor. De outro lado, efetuada a correlação entre questões como a valorização do produto pelo cliente e a ecoeficiência no processo produtivo, a qualidade de sistema de gestão ambiental e resultados para a empresa, verificou-se que no âmbito das empresas pesquisadas não houve correlação significativa. Entretanto, análise realizada, pode-se concluir que há uma possível influência entre essas características que, no âmbito de uma amostra mais ampla, poderia se tornar significativa. Por fim, a pesquisa revelou que o setor têxtil tem plena consciência da importância do gerenciamento ambiental para a melhoria do seu desempenho, tanto no mercado nacional quanto internacional.

Contudo, embora o setor venha buscando adotar boas práticas ambientais, ainda enfrenta dificuldades para a implementação de uma gestão ambiental integrada, sistemática e

eficiente. Nesse caminho, a necessidade de estratégias da divulgação de informações ambientais é considerada fundamental, posto que, além de se tratar de aspecto cada dia mais valorizado pelos clientes, possibilita o estabelecimento de políticas adequadas de desenvolvimento sustentado para o setor.

Comentários sobre esses três trabalhos: Observou-se por meio desses três trabalhados realizados, que se inserem na mesma linha de pesquisa da presente dissertação, que é possível concluir que o tema de gestão ambiental e responsabilidade socioambiental ainda são muito recentes e necessita-se de mais estudos de caso para o melhor entendimento de como esses temas são apresentados dentro das paredes institucionais. O trabalho realizado por Hagihara (2007), também apresentou um levantamento histórico das questões relacionadas ao tratamento das questões ambientais e buscou entender, através do estudo de caso de uma empresa, os modos e motivações que levam uma instituição a levar em consideração a questão ambiental; segundo Borger (2001), a atuação orientada para a RSE e a dinâmica empresarial é uma tarefa complexa. Concordo com a autora quando diz que o tema de Responsabilidade Social é um campo novo na pesquisa acadêmica e que a complexidade do tema implica em um grande potencial para a pesquisa; ela diz que seria interessante um levantamento mais abrangente, junto a um universo de empresas maior, para verificar as influências das características organizacionais na atuação e no desempenho social das empresas; segundo Padilha (2009), empresas do setor têxtil apresentam predisposição à transparência, porém, ainda faltam ações concretas para a prática de gestão ambiental como parte integrante e natural do processo de gestão da indústria, ela ainda é um processo a parte e ainda não é intrínseco os seus negócios. Observou-se que, nos três trabalhos pesquisados as empresas estudadas acreditam que a gestão ambiental, bem como a prática de RSE, são de suma importância para a melhoria do seu desempenho.

4.5 PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O compromisso de todos os níveis da organização é necessário para implementar a responsabilidade socioambiental na busca da sustentabilidade corporativa. Para tanto, a alta direção deve desenvolver uma política que encoraje o desenvolvimento social, ambiental e econômico visando o desenvolvimento sustentável e pressupondo a interdisciplinaridade que compõem o três pilares de RSE, ou seja, os aspectos ambientais, sociais e econômicos. O compromisso contínuo da empresa com o seu comportamento ético e com o desenvolvimento econômico, promove ao mesmo tempo a melhoria da qualidade de vida de sua força de trabalho e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade em geral, e pode e deve estar incorporado à responsabilidade social corporativa.

Portanto, a RSA não deve ser confundida com ações sociais e substituída por práticas de filantropia, trabalho voluntário de funcionários ou patrocínio de atividades de outras organizações, como esporte e cultura. Considera-se o conceito de RSA como o dever ou obrigação da organização para responder perante todos seus *stakeholders* (partes interessadas) pelas consequências ou impactos sociais e ambientais causados por seus produtos, serviços e atividades introduzidas no ambiente público (ITANI & TOME LIN, 2008).

Diante dessa premissa e de sua complexidade, verifica-se que, para sua implementação e incorporação organizacional, a qualidade da gestão é fator crítico, pois deverá ser gradual e sistematizada, de maneira que possa ser avaliada e acompanhada pelos interessados. Como prevê e orienta um sistema de gestão baseado na norma ISO 14001, a responsabilidade social da organização, na maioria das vezes, é expressa em ações orientadas para o público interno e as iniciativas externas, quando existem, são voltadas às famílias dos funcionários, às comunidades no entorno das fábricas ou a outros segmentos da sociedade, pois julgam que as ações sociais são atribuições do governo, fundações, igrejas e ONGs. A influência de uma nova postura dos clientes e dos consumidores na interação com as organizações que sejam éticas, com boa imagem corporativa e que atuem de forma ecologicamente responsável incide sobre o novo contexto econômico (TACHIZAWA, 2004). Essa idéia confirma a expansão do foco de Responsabilidade Social para Responsabilidade Socioambiental, já que a empresa se compromete com o desenvolvimento sustentável.

4.5.1 Políticas de Responsabilidade Socioambiental

Para contextualizar as políticas de responsabilidade socioambiental, deve-se ter uma visão de que a responsabilidade social tem uma preocupação com o meio ambiente por meio do consumo sustentável, com respeito aos direitos sociais, humanos e dos consumidores com inclusão social e redução da desigualdade. Engloba a preocupação e o compromisso com os impactos causados no consumidor, no meio ambiente, e entre os trabalhadores bem como a postura da empresa em busca de soluções para eventuais problemas e a transparência nas relações com os envolvidos nas suas atividades.

A responsabilidade social tem se transformado num parâmetro de referência de excelência para os negócios, desde que sejam abordadas as suas responsabilidades perante a sociedade. É preciso ver a realidade empresarial como um “todo” que, em constante transformação, inclui relações entre inúmeras partes. Basicamente, essas partes podem ser encontradas em quatro ambientes: a economia, onde se inserem as empresas; a política, onde está o governo; a comunidade, ou seja, as pessoas; o meio-ambiente, isto é, a natureza e seus recursos. Segundo Tinoco (2001), a responsabilidade social relaciona-se com o conceito de governança corporativa e de gestão empresarial em situações cada vez mais complexas, nas quais questões ambientais e sociais são importantes para a sobrevivência dos negócios. Insere ainda o contexto da globalização, o que amplia as possibilidades de trocas internacionais, ao mesmo tempo e que impõe barreiras nos campos, ético, político, cultura e comercial.

Ainda segundo Tinoco (2001), a responsabilidade é convergente com estratégias de sustentabilidade de longo prazo, inclui a preocupação com os efeitos decorrentes da atividade no contexto da comunidade do entorno e exclui as atividades no âmbito da filantropia praticadas pela iniciativa privada.

4.6 TEORIA DO STAKEHOLDER

A abordagem do *stakeholder* representa o conceito da firma da teoria dos contratos, isto é procura definir a responsabilidade ampla em relação aos grupos de interesse que afetam a atuação das corporações ou são afetados por ela. A teoria de *stakeholder* incorpora a noção de que as corporações têm uma obrigação com os grupos constituintes na sociedade dos acionistas, também chamados de *shareholders* e funcionários.

O conceito de *stakeholder* atenta para o fato de que a atividade empresarial não é somente uma transação de mercado, mas uma rede de relações cooperativas e competitivas de um grande número de pessoas organizadas e, pela qual muitos indivíduos e grupos empreende esforços para atingir seus fins.

Segundo Freeman (1984), o modelo de *stakeholder* personaliza as responsabilidades sociais, delineando os grupos específicos ou as pessoas que os negócios devem considerar na orientação da responsabilidade e atuação social. A nomenclatura de *stakeholder* põe nome e face nos membros da sociedade ou grupos mais importantes para os negócios e mostram quais são mais responsáveis.

Stakeholders são os grupos que levam ao sucesso e participam das ações das empresas. As demandas destes variam de grupo para grupo e podem afetar as atividades de uma organização ou serem afetados por elas, de maneira positiva ou negativa.

O modelo de *stakeholder* distingue-se em três usos: descritivo, instrumental e normativo. O modelo pode ser usado como uma descrição da empresa que pode capacitar os gestores para entenderem melhor como está organizada e como são gerenciadas, e o que as pessoas pensam sobre o seu papel (DONALDSON & PRESTON citado em TACHIZAWA, 2004).

O modelo pode ser usado instrumentalmente como uma ferramenta de gestão para os administradores se relacionarem melhor com os *stakeholders* e como um meio de melhorar o desempenho da empresa. O uso descritivo e instrumental sugere que as empresas devem administrar os *stakeholders* como uma necessidade prática.

O uso normativo do modelo leva a administração a reconhecer os interesses dos empregados, clientes e outros com o mesmo grau de importância com que preza seus próprios interesses. Os *stakeholders* possuem valor intrínseco.

O modelo baseia-se na visão sistêmica da organização dentro da sociedade e na idéia de que as empresas estão engajadas, ativa ou passivamente, nas relações com as partes interessadas. As relações das empresas com as partes interessadas são envolventes, mutuamente definidas e governadas por contratos – explícitos e implícitos -, os quais especificam o que ambas as partes esperam da relação e o que dão em troca. Os grupos de interesse provêm das informações, da energia e dos recursos necessários para as empresas. Por meio dessas relações as empresas criam o capital, intelectual, ambiental e financeiro essencial para a sustentabilidade e o crescimento organizacional.

A teoria de sistema assume que as empresas estão envolvidas numa rede de relações de grupos de interesse interdependentes que são mutuamente definidas. A teoria do sistema de relações das corporações com os grupos de interesse leva a novas idéias sobre a responsabilidade das organizações, o papel dos gestores e o sistema mais apropriado de gestão.

A responsabilidade é compartilhada com os *stakeholders* na procura de oportunidades e soluções e o estilo de administração é a colaboração.

As demandas e expectativas dos *stakeholders* são essências para a sobrevivência, competitividade e lucratividade das empresas, são eles que dão suporte às empresas quando seu desempenho atende às suas expectativas ou as excede. O ponto crucial é que as demandas dos *stakeholders* podem pressionar a empresa em diferentes direções, porque as relações entre os diversos *stakeholders* e a empresa são diferentes, assim como a influência deles no comportamento das empresas.

A gestão dos *stakeholders* é completa e envolve o reconhecimento de seus valores, direitos e interesses e a busca de um equilíbrio entre eles para que as decisões sejam tomadas dentro de um contexto mais amplo e num horizonte de longo prazo.

O modelo de engajamento na atuação de responsabilidade socioambiental requer que os gestores definam os elementos básicos de RSE, compreendendo as questões que envolvam responsabilidade social identificando os agentes sociais com os quais a empresa tem responsabilidade, relações, ou dependência e especificando a filosofia de resposta para as questões.

Freeman (1984) pai da teoria do *stakeholder*, formulou a questão: “*For whose benefit and whose expense should the firm be managed*” isto é, propõe que as corporações devem

definir amplamente a responsabilidade social em relação aos grupos de interesses que afetam a atuação das corporações ou são por ela afetados.

Cada empresa tem seu conjunto de grupos de interesse que afetam as atividades das empresas e são afetados por elas. Ele classificou como grupos de interesse primários aqueles que influenciam diretamente os negócios das empresas – acionistas, sócios, empregados, fornecedores, clientes e a população residente na área de atuação da empresa. O ambiente natural, as espécies não humanas e as futuras gerações também são vistos como grupos de interesse primários. Os *stakeholders* secundários incluem os que indiretamente influenciam a corporação, mas não são diretamente afetados por suas atividades e não estão diretamente engajados nas suas transações – não são essenciais para a sua sobrevivência. A mídia e os grupos de pressão são classificados como grupos de interesse secundários, pois podem afetar a reputação das empresas mobilizando a opinião pública a favor da companhia ou contra ela.

A essência da responsabilidade social é reconhecer o valor do diálogo com os *stakeholders* externos e depende da compreensão dos valores e princípios dos que participam das atividades das empresas. Estas, por sua vez, devem conhecer a visão de *stakeholder*-chave em relação às questões sociais, ambientais e éticas, e precisam também saber como essas visões mudam no tempo e como vão afetar o relacionamento entre a empresa e os *stakeholders*.

A premissa do modelo é que o engajamento na responsabilidade social é representado pela adoção dos princípios da responsabilidade social, sua integração nas atividades e práticas gerenciais diárias da empresa, compreendendo que o papel das empresas na sociedade inclui a responsabilidade nas suas dimensões econômica, social, ambiental e ética.

De acordo com Fox (2004), as expectativas dos diversos *stakeholders* têm um papel importante como influenciadoras da abordagem corporativa à Responsabilidade Social. No entanto, o atendimento às exigências de *stakeholders* pode ser considerado apenas uma contribuição básica da adoção de práticas de gestão socialmente responsáveis. (FRESHFIELDS, 2006).

4.7 O COMPONENTE SOCIAL E AMBIENTAL

Para se ter uma idéia clara do que é a responsabilidade socioambiental deve-se entender primeiro suas características e como esses dois componentes se relacionam.

4.7.1 Componente Social

O componente social refere-se à possibilidade de cada indivíduo e da coletividade ter as suas necessidades supridas, desde a alimentação, a educação e a saúde, até o acesso aos seus direitos de cidadão.

Para que isso ocorra, há necessidade de implementação dos objetivos sociais por meio do “empoderamento” dos indivíduos e da coletividade. Com isso, as pessoas podem ter acesso à informação como também aos recursos adequados para obtê-la, mas estes devem estar disponíveis de forma igualitária entre todos, de modo que cada um possa fazer escolhas em relação a uma determinada questão, tomando, assim, a própria decisão para compor uma possível decisão coletiva.

No âmbito do “empoderamento”, outras capacidades são relevantes como a habilidade de participação comunitária para fortalecimento do poder individual e do grupo. Há ainda nessa dimensão, a necessidade de o indivíduo conhecer a identidade étnica, religiosa e cultural a que pertence, para valorizá-la, fomentando o reconhecimento e a aceitação da diversidade étnica, religiosa e cultural entre as pessoas e os grupos sociais. Como resultado desse enfoque de poder tem-se a coesão social, fundamental para a busca e a permanência da democracia.

Outro ponto a ser considerado no que se refere ao “empoderamento” é a educação, pois a aprendizagem permite ao indivíduo conhecer os seus direitos fundamentais como ser humano, podendo levá-lo à mobilidade social. O incentivo aos estudos pode estimular o trabalhador a se qualificar e a intensificar a mobilidade social, por isso, é fundamental a existência de projetos que envolvem a comunidade, especialmente a do entorno da instituição ou empresa.

Outro ponto ainda a que se deve dar atenção é a necessidade do aumento das oportunidades de trabalho, melhorando-se as condições de sobrevivência e permitindo-se o surgimento de novas lideranças dos grupos sociais.

Na área ambiental, a educação adequada oferece as informações ligadas ao meio ambiente, os caminhos para a implantação do desenvolvimento sustentável e o reconhecimento da responsabilidade individual e coletiva em relação ao desenvolvimento e à preservação ambiental. “Com a educação, conferem-se consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos, em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisões” (TENERELLI; SILVA; PAIVA, 2008, p. 112, apud PADILHA, 2009).

Segundo Meadows (1998), desse modo constrói-se o capital constituído por um estoque de atributos (conhecimento, confiança, eficiência, honestidade) que é inerente não a um indivíduo, mas a uma coletividade humana. Porém para que isso aconteça, são necessárias decisões políticas e econômicas, que devem ser efetivas. Da mesma forma, os cidadãos devem ter confiança nas instituições e na aplicação de leis.

O componente social dos princípios do *Global Compact* é baseado na aplicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento da ONU, de 1948. A inserção de princípios com enfoque social objetiva que as empresas os adotem a fim de proteger os direitos de cada cidadão, não permitindo que sejam violados.

Inclui-se, também, nessa dimensão, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, que determina a existência da justiça social por meio da liberdade de filiação do trabalhador, da eliminação do trabalho infantil e escravo como também de práticas discriminatórias no emprego e na ocupação em relação à renda, ao gênero, à idade entre outras categorias.

Essas práticas podem ser obtidas pela delegação de tarefas, pela participação do trabalhador na atividade sindical, pelas decisões empresariais, pela transparência de sua atuação na sociedade. Com isso, a ação da empresa pode fomentar a evolução da identidade profissional e cultural dos trabalhadores, levando à coesão social na comunidade e, consequentemente, ter-se-á o desenvolvimento institucional.

4.7.2 Componente Ambiental

De acordo com Meadows (1998) e Cavalcanti (1997), o componente ambiental denomina-se de capital natural, que consiste no fluxo de materiais, energia e informações retirados da natureza para as atividades econômicas, bom como para a produção de bens. Após o uso, tais bens são desenvolvidos à natureza como “dejetos, desordem, perdas” em materiais e energia.

O problema é a visão de muitos indivíduos que supõem que determinadas fontes de energia e de matéria-prima são ilimitadas, como se todos os materiais e energia devolvidos à natureza fossem por ela absorvidos de modo que nada afetasse o seu funcionamento. Porém, não é isso que mostram os estudos sobre biodiversidade; pelo contrário, eles revelam o desaparecimento de espécies da fauna e flora (MEADOWS, 1998, p.x; BRASIL. MMA, S[s.d]; apud PADILHA 2009).

O BRASIL-MMA (Ministério do Meio Ambiente) [s.d] expõe as principais razões para a perda da diversidade da fauna e da flora: “a degradação e a fragmentação de ambientes naturais, resultado da remoção da vegetação de grandes áreas para implantação de pastagens ou agricultura convencional, extrativismo desordenado, expansão urbana, ampliação da malha viária, incêndios florestais, formação de lagos para hidrelétricas e mineração de superfície”, ou por meio da introdução de espécies exóticas que não têm inimigo natural.

Segundo Bellen (2007) isso quer dizer, em outras palavras, que a perspectiva ecológica, depende da utilização dos recursos naturais. Isso é exposto nos objetivos de documentos relativos ao meio ambiente, que, tendo em vista a manutenção da integridade do ecossistema, indica a necessidade de sua preservação por meio do consumo adequado, a partir da capacidade da natureza de absorver as emissões de poluentes no ar e na água, as descargas de contaminantes nos rios e no solo e a deposição de resíduos no solo. Verificam-se, nesse caso, algumas questões de âmbito local que podem afetar o planeta, tornando-se questões globais.

Uma forma de ilustrar essa questão é a referência ao uso de recursos renováveis e/ou abundantes como, por exemplo, a floresta. A capacidade de regeneração das árvores deve ser levada em consideração quando da definição do manejo adequado à área a ser explorada. Exemplifica-se essa necessidade em caso recente relativo ao ipê amarelo: o Instituto Floresta

Tropical (IFT) verificou que para regeneração dessa espécie são necessários 60 anos, quando os planos de manejo são de 30 anos (De acordo com BALAZINA, 2009; apud PADILHA 2009).

Além disso, nas áreas de florestas que cujas árvores são cortadas, especialmente para a incorporação de novos espaços para a agricultura e pecuária, entre outros usos, os impactos são diversos: a perda da biodiversidade, da cobertura do solo (perda de nutrientes), da fotossíntese (consumo de CO₂), da evapotranspiração (quantidade de chuvas).

4.8 A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL – HISTÓRICO

A indústria farmacêutica no Brasil teve o seu nascimento e desenvolvimento no período de 1890 e 1950, mais tarde, portanto do que o observado nos países europeus que, já no século XIX, já observavam avanços notáveis neste segmento. Segundo Ribeiro (2009), o desenvolvimento inicial da indústria farmacêutica no Brasil, “guarda forte relação com a instituição da saúde pública, das práticas sanitárias de prevenção e combate às doenças infecciosas e, em especial, com as instituições de pesquisa básica e aplicada”.

O Estado brasileiro teve uma participação importante nos primórdios do desenvolvimento industrial farmacêutico ao incentivar e fornecer recursos para alguns dos primeiros laboratórios farmacêuticos. O Estado contribuiu também para a formação dos primeiros cientistas brasileiros que, posteriormente, se tornaram responsáveis pelo desenvolvimento de planos de saúde pública, produção de soros, vacinas e medicamentos, por parte de empresas pioneiras.

Com o advento da expansão da cultura do café em direção ao oeste paulista, um grande fluxo de imigrantes veio em direção a essa região, garantindo a oferta de mão-de-obra barata. Medidas de combate a doenças e infecções se tornaram necessárias devido às péssimas condições sanitárias de portos, cortiços e hospedarias que os abrigavam. Uma grande variedade de produtos químicos utilizados nas lavouras como sulfato de cobre, cloreto de cálcio, ácido sulfúrico ainda eram importados de países como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. O pequeno e incipiente parque industrial brasileiro começou por produzir anilinas

vegetais, óleos, ceras e medicamentos naturais que tiveram retração, após a descoberta, e emprego industrial da síntese orgânica na Europa (RIBEIRO, 2009)

A produção dos produtos de origem mineral teve início, mais tarde, profundamente influenciada pela sua maior complexidade tecnológica e pela necessidade do emprego de matérias-primas importadas como enxofre, nitratos e compostos clorados. À medida que progressos eram obtidos no campo epidemológico, os cientistas descobriram que a transmissão de doenças se dava por canais muito mais complexos do que então se pensava. Já no final dos anos 20, o Instituto Vacinogênico e o Instituto Butantan eram as instituições encarregadas da fabricação de produtos biológicos em São Paulo. O primeiro estava focado na produção de vacinas para varíola e o segundo na produção de vacinas contra a peste e mais tarde, com o advento dos trabalhos realizados por Vital Brasil, na produção de soro contra picadas de cobras, aranhas e escorpiões.

Algumas empresas brasileiras foram bem sucedidas na produção de medicamentos farmacêuticos para atender o mercado nacional e também para a exportação. Acredita-se que este sucesso às “facilidades” da época, pois práticas que hoje são consideradas comuns, como o segredo industrial e o protecionismo da lei de patentes, não eram correntes; os avanços da farmacologia constavam em bibliografia que era de domínio público. O perfil do segmento farmacêutico no Brasil sofreu uma mudança brusca a partir dos anos 50. A adoção de medidas e planos desenvolvimentistas, como os verificados na gestão do presidente Juscelino Kubitschek e do período militar, abriram as portas do setor às empresas de capital estrangeiro, dotadas de maior *know-how* e recursos financeiros, que foram responsáveis pela eliminação de boa parte da concorrência dos laboratórios nacionais. A década de 80 foi conhecida como um período de estagnação econômica e de descontrole inflacionário. Os investimentos produtivos foram escassos, muito em função da opção da grande maioria das empresas em privilegiar os ganhos obtidos com aplicações financeiras.

No intervalo que vai de 1980 a 2000, as empresas nacionais passaram a enfrentar outros tipos de dificuldades, sendo as principais:

- a) controle de preços do governo;
- b) lei de patentes reforçando os monopólios;
- c) dificuldade de acesso à mídia;

- d) dificuldades advindas de questões culturais brasileiras como o baixo prestígio dado aos produtos nacionais em comparação com os importados;
- e) ausência de políticas industriais de longo prazo, que poderiam permitir os investimentos em melhoria e dinamização do setor;
- f) aumento do grau de exigência na concessão de registros de novos medicamentos por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

No presente momento, uma das maiores reivindicações da indústria nacional é a formulação de políticas que permitam e fomentem o investimento do setor privado nacional na produção de fármacos e medicamentos.

Segundo ABIFARMA (2009), atualmente o setor industrial farmacêutico é constituído por aproximadamente 369 empresas, sendo 17% delas de capital estrangeiro e 83 % de capital nacional. Concentram-se em sua grande maioria na região sudeste, gerando algo em torno de 50.000 empregos diretos e 250.000 indiretos. Só na capital do Estado de São Paulo são 36 indústrias farmacêuticas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do levantamento dos fatos históricos pode-se notar que a temática de RSA ainda é muito recente e veio a se tornar um tema atual dentro de empresas que ao longo da história apresentaram fatos que envolveram a RSA, tendo em vista que as empresas além de serem agentes de desenvolvimento econômico com a finalidade de gerar bens, serviços e consequentemente riquezas; são também as empresas agentes sociais de transformação, na medida em que podem oferecer à sociedade, meios para contribuir ao seu desenvolvimento.

Os indicadores de desempenho, apresentados através dos relatórios socioambientais gerados a partir de encontros com empresas, governos, comunidade e ONGs, bem como a prática de conformidade legal pelas empresas, são de suma importância para a certificação do compromisso empresarial com a questão de RSA, pois auxilia no entendimento das exigências das partes interessadas criando desafios e oportunidades nas estratégias centrais das empresas para melhorar o seu desempenho social, ambiental e claro econômico o que torna a empresa mais competitiva e preparada para as exigências do novo mercado ao longo do tempo, estar dentro da conformidade legal é essencial para a sobrevida empresarial, mas a certificação que auxilia a prática de RSA como a ISO 14001 atualmente se tornou um diferencial competitivo juntamente com a transparência das ações dessas empresas que acredita-se ser o grande diferencial na imagem e consequentemente venda de seus produtos e serviços.

Em relação à pesquisa exploratória, das 14 empresas contatadas por correio eletrônico 8 não responderam o questionário, 3 retornaram informando que não tinha autorização para respondê-lo e 3 atenderam à solicitação; isto indica um retorno efetivo de 21%. O resultado da pesquisa na fase exploratória leva a inferir que algumas empresas não responderam por motivos desconhecidos, acredita-se que não o fizeram provavelmente por não terem programa de RSA ou sistema de gestão bem estabelecida, ou mesmo por falta da existência de um setor que cuide fundamentalmente das questões ambientais, o que foi observado no primeiro contato, visto a dificuldade em encontrar nas empresas o responsável por tal questão; acredita-se ainda que algumas empresas, não retornaram a pesquisa devido a burocracia interna e falta de autorização da alta administração, para publicação de suas informações institucionais, mesmo sendo informado que o nome da instituição seria mantido em segredo.

5.1 FASE EXPLORATÓRIA: INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Pode-se observar que as empresas que responderam têm em comum serem empresas de grande porte e multinacionais, sendo duas de origem americana e uma alemã; todas responderam ter sistema de gestão ambiental bem estabelecido em suas instituições, apresentando normas de certificação como a ISO 9001 e a ISO 14001; todas as três responderam que tem metas e objetivos em relação à gestão ambiental e que as informações são plenamente divulgadas para os seus colaboradores: as três empresas têm setor que cuida fundamentalmente da questão ambiental.

Uma empresa respondeu ter programa de responsabilidade socioambiental há menos de 1 ano, empresa essa norte-americana, as outras duas empresas informaram ter em suas organizações o programa de RSA há mais de 10 anos.

Todas que responderam informam ter objetivos e metas em relação a RSA e todos os entrevistados afirmaram que esse programa é plenamente apoiado pela alta administração da organização, foi informado também que elas trabalham em conjunto com a comunidade, e nas três empresas participantes os entrevistados acreditam que a existência de um programa de RSA faz com que a empresa tenha benefícios em seu ramo de atuação.

5.2 ESTUDO DE CASO

Das empresas que responderam a pesquisa na primeira fase foi selecionada, para o estudo aprofundado, a empresa Bayer S/A, pois apresenta em sua estrutura a ação de Responsabilidade Socioambiental há mais de 10 anos, tem em sua estrutura certificações ambientais e, durante a pesquisa exploratória, apresentou maior acessibilidade e disposição a fornecer informações sobre RSA.

5.2.1 Caracterização da Empresa

Segundo Bayer (2011), o grupo foi fundado na Alemanha em 1863 e se consolidou como uma das maiores indústrias internacionais, oferecendo ao mercado produtos e serviços, que abrange os campos da saúde, agricultura e materiais inovadores.

A Bayer encontra-se no Brasil há mais de 114 anos. Tudo começou em 1896, quando dois consultores técnicos da empresa desembarcaram no Rio de Janeiro com a missão de levantar as possibilidades comerciais da jovem República. Nesse mesmo ano foi fundada a primeira representante dos produtos da empresa no Brasil, a Walty Lindt & Cia.

A primeira firma de representação comercial própria da Bayer foi fundada em fevereiro de 1911 a Frederico Bayer & Cia., com sede no Rio de Janeiro, que passou a responder por toda a distribuição dos seus produtos no país.

Devido à grande demanda dos produtos, em 1921 foi fundada a Chimica Industrial Bayer Weskott & Cia, que, além de importar e comercializar os produtos da Bayer alemã iniciou a produção local de medicamentos. O crescimento da Empresa sempre foi constante, tornando-se uma das mais expressivas indústrias alemãs no Brasil.

Os investimentos no Brasil foram prejudicados durante o período da 2^a Guerra Mundial, sendo apenas após esse período que a empresa voltou a investir no Brasil. Assim, em 1956, adquiriu uma antiga fábrica de ácidos, instalada em um terreno no distrito de Belford Roxo - Baixada Fluminense (RJ). A unidade foi inaugurada em junho de 1958, dando origem ao Parque Industrial da Bayer de hoje, com foco na produção do segmento de materiais inovadores e agrícola, ocupando 1,9 milhão de m². Nesse mesmo ano, a Bayer chegou ao bairro do Socorro, na cidade de São Paulo, para onde mais tarde transferiu sua sede administrativa em 1973.

Em 1992, depois de várias mudanças, o nome da Empresa passou para Bayer S.A.

Na cidade de São Paulo, em 1999, foi inaugurada uma nova fábrica de produtos farmacêuticos, com investimentos na ordem de US\$ 25 milhões, que trouxeram para o Brasil modernas tecnologias e equipamentos, atendendo exigências internacionais de Boas Práticas de Fabricação e com capacidade para abastecer todo o Mercosul.

Em 2002, o Grupo Bayer deu início a uma grande reestruturação, que foi considerada a maior reestruturação mundial de sua história. Foi criada uma *holding* estratégica que controlava quatro empresas comerciais: Bayer HealthCare, Bayer CropScience, Bayer

Chemicals e Bayer Polymers. No Brasil, a Companhia passou a ser formada por apenas três empresas comerciais: Bayer S.A., Bayer CropScience Ltda e Bayer Seeds Ltda.

No mesmo ano, os negócios de inseticidas domésticos, repelentes, produtos de limpeza e purificadores de ar foram vendidos à SC Johnson e a subsidiária Haarmann & Reimer passou para o controle do grupo sueco EQT Northern Europe Private Equity Funds.

No segmento farmacêutico como parte da estratégia de reestruturação, o Grupo Bayer comprou a área de *Consumer Health* da Roche em janeiro de 2005.

O ano de 2006 também foi marcado pelo gerenciamento estratégico do portfólio do Grupo. A compra da Schering, por 17 bilhões de euros, foi, segundo a empresa, a maior aquisição da história do Grupo Bayer.

Segundo Bayer (2011), o segmento Farmacêutico é a principal divisão de negócios do Grupo Bayer em termos mundiais, cuja divisão recebe o nome de Bayer HealthCare. Ela é formada por quatro diferentes áreas de negócios, a Bayer Schering Pharma, criada a partir da aquisição da Schering pela Bayer em 2006, que é focada em produtos de especialidades farmacêuticas; a Consumer Care que é a área de medicamentos isentos de prescrição médica e a Diabetes Care e a Saúde Animal também compõem o portfólio da Bayer HealthCare no Brasil e no mundo.

Em 2010, a Divisão registrou faturamento global de 16,9 bilhões de euros. Atualmente, a Bayer HealthCare ocupa posições de destaque no mercado brasileiro: é a 5^a no segmento de medicamentos de prescrição em unidades e a 8^a em valores, é a número 7 do mercado de Consumer Care e a 2^a maior empresa do segmento de animais de companhia (*pets*).

A Bayer HealthCare conta com um *site* de produção no Brasil focado na fabricação de medicamentos para saúde humana. O *site* Cancioneiro, localizado na cidade de São Paulo, reúne as produções farmacêuticas.

O Grupo estabeleceu sua missão e valores para todos os ramos de atuação, sendo a sua missão “Ciência para uma vida melhor”. Segundo o grupo é por meio da aplicação da ciência que querem enfrentar os grandes desafios globais, oferecendo inovações que atendam às necessidades dos clientes e do mercado; considera também que a inovação é a chave para manter ou ganhar posição de liderança em todos os mercados e também a base para melhorar a vida de milhares de pessoas, ajudando pacientes em todo o mundo, prevenindo, aliviando e curando doenças, bem como melhorando o diagnóstico. E, segundo o Grupo, a cultura

corporativa é um fator importante para o sucesso da empresa por isso no centro dessa cultura empresarial estão os seus valores que se dividem em quatro ações: Liderança – empenhar-se pelos seus colaboradores e zelar pelo seu desempenho, mostrar iniciativa própria, inspirar e motivar os outros, assumir a responsabilidade por ações e resultado, bom como por sucessos e fracassos, tratar os outros com respeito e de forma justa, dar respostas claras, honesta e no momento certo, resolver conflitos de forma construtiva, criar valor para todos os seus *stakeholders*; Integridade – Ser exemplo, cumprir as leis, regulamentações e boas práticas de negócios, confiar nos outros e construir relacionamento de confiança, ser honesto, ouvir atentamente e comunicar-se adequadamente, assegurar a sustentabilidade, equilibrando os resultados de curto prazo e as exigências de longo prazo, zelar pelas pessoas, pela segurança e pelo meio ambiente; Flexibilidade – Promover proativamente as mudanças, estar pronto para adaptar-se às necessidades e tendências futuras, questionar o “*status quo*”, pensar e agir com foco nos clientes, buscar oportunidades e assumir riscos calculados, ser livre de preconceitos, estar disposto a aprender o tempo todo; Eficiência – Gerenciar os recursos de maneira inteligente, focar nas atividades que geram valor, fazer as coisas de forma simples e eficiente, entregar atividades e resultados com qualidade, velocidade e custos apropriados, acelerar os processos de tomada de decisão, assumir a responsabilidade pela execução consistente, cooperar na busca das melhores soluções (BAYER, 2011).

5.2.2 Apresentação e Análise da Atuação Socioambiental da Empresa

Após verificação do questionário respondido na fase exploratória que é apresentado no Apêndice B, foi feita a entrevista *in loco* com o uso do questionário do Apêndice C, com o Coordenador de Meio Ambiente da empresa. Foi observado primeiramente que a empresa tem sistema de gestão de qualidade bem implementado e estabelecido, ela está certificada pela Norma ISO 14001 desde 2002, bem como apresenta políticas ambientais em nível mundial e cronogramas de atividades em relação à política de treinamento de seus colaboradores. Existe setor responsável para cuidar fundamentalmente de gestão ambiental, que também é responsável por cuidar de segurança e saúde, mas um funcionário é totalmente dedicado à questão ambiental, bem como questões socioambientais relacionados a áreas produtivas da

região da cidade de São Paulo; este setor é composto por dois técnicos de segurança do trabalho, uma especialista em meio ambiente, que se reportam ao coordenador do setor de meio ambiente e segurança do trabalho, que é o responsável pelo setor.

Segundo o responsável pelo setor, os programas de RSA são plenamente apoiados, pela alta administração da empresa e tem como origem as normas e diretrizes da matriz na Alemanha. Existe também um setor de sustentabilidade corporativo da empresa que cuida de toda a parte de responsabilidade socioambiental da empresa, setor este que é responsável por obter informações dos três segmentos do grupo Bayer, setor Químico - Bayer Material Science, setor agrícola - Bayer CropScience e setor Farmacêutico a Bayer Health Care, este setor fica locado na planta de Belford Roxo na cidade do Rio de Janeiro e é responsável por obter todas as informações do grupo para reportar suas ações, resultados, bem como, divulgar as normas da sede na Alemanha para todos as áreas do Grupo.

No setor Farmacêutico que é o foco deste estudo, procedimentos e metas de gestão ambiental, bem como RSA são trabalhados em todos os setores da empresa, onde são nomeados facilitadores dentro de cada área, com iniciativa voluntária, para que assim o colaborador esteja interessado em apoiar os projetos da empresa; este facilitador tem a função de observar, no seu dia-a-dia, os aspectos e impactos de suas atividades, criando assim, junto com o setor responsável por meio ambiente e RSA, metas para a melhoria contínua. Segundo informação da empresa por meio de entrevista, são de responsabilidade desses facilitadores: comunicação e multiplicação dos conceitos de meio ambiente para as áreas de sua responsabilidade; revisão e manutenção dos aspectos e impactos ambientais inerentes às áreas de sua responsabilidade; multiplicação e divulgação de treinamentos relacionados ao meio ambiente, para a realização deste trabalho os facilitadores de cada área são treinamentos pelo setor de meio ambiente a fim de alinhar as informações do setor para todas as áreas dentro do setor produtivo, esses treinamentos são registrados e tem cronogramas pré-agendados no início de cada ano, onde são também colocadas as metas e melhorias a serem realizadas e desenvolvidos em cada setor. Todos os treinamentos realizados dentro do setor, bem como os objetivos e metas das áreas geram relatórios pelo setor de meio ambiente que são reportados para o setor de sustentabilidade corporativo que tem a função de analisar se os projetos estão alinhados as normas da sede na Alemanha, é assim enviado relatório a sede de todas os acontecimentos relacionados à responsabilidade socioambiental.

O facilitador junto ao setor de Meio ambiente ajuda principalmente a mostrar à todos os funcionários sobre as suas responsabilidade divulgando que todos os colaboradores, funcionários terceiros, temporários e/ou contratados têm a responsabilidade de cumprir os requisitos da Norma ISO 14001 sendo, portanto todos responsáveis pela certificação da empresa e divulga que todos podem contribuir com a continuidade da Certificação executando as atividades do seu dia-a-dia conforme a política da empresa, segregando corretamente os resíduos, reciclando, fazendo uso consciente dos materiais utilizados na atividade e não desperdiçando.

Para o incentivo ao desenvolvimento do trabalho do facilitador e principalmente para que o setor fique envolvido com a melhoria contínua em relação ao meio ambiente, os setores dentro da fabrica ao realizar todos os treinamentos e também ao atingir horas a mais de treinamentos, medidas de melhoria em relação à responsabilidade socioambiental somam pontos ao longo do ano e se atingirem o melhor resultado entre os setores, são premiados, prêmios como, por exemplo: mochilas, agasalhos, etc. O entrevistado acredita que esta iniciativa faz com que todos os colaboradores estejam envolvidos nos projetos e melhorias de cada setor o que auxilia muito o trabalho do facilitador e da empresa a cumprir todas as suas metas estipuladas no início de cada ano.

O entrevistado considera que os trabalhos no campo de RSA, realizados pela empresa, reforçam a qualidade de sua imagem, produtos e serviços, e também ajudam a integrar a sociedade, organizações e colaboradores que se sentem co-participantes dos negócios da empresa, deixando de forma clara seus processos industriais.

O setor responsável pela gestão ambiental é aberto a indicações de colaboradores e de pessoas da comunidade para realização de programas sociais e ambientais; os colaboradores têm apresentado projetos na área da RSA, e a empresa estimula esta prática, que são analisados pelo setor responsável e, se aprovados, obtém apoio para sua consolidação e, assim entram em parceria para a implementação. Um exemplo apresentado pelo coordenador de meio ambiente foi a proposta de colaboradores do setor de produção de que fosse desenvolvida a prática teatral dentro da fábrica, no tema gestão ambiental, focando em descarte de resíduos, no qual os próprios resíduos eram os personagens. Foi uma iniciativa muito interessante segundo o coordenador, pois fez com que o setor envolvido fosse conscientizado da importância do descarte correto de resíduos e teve todo o apoio da alta administração e do setor de meio ambiente. Essa foi uma proposta dos colaboradores da

produção que viram a necessidade de abordar o tema para o melhor conhecimento da área em que atuavam.

Segundo material impresso sobre Responsabilidade Socioambiental conforme Apêndice D, o grupo Bayer tem a missão de trabalhar em benefício da humanidade, estando sempre envolvido com as questões sociais e aquelas relacionadas ao meio ambiente. Segundo a empresa, na Bayer a economia, ecologia e compromisso social são temas de igual importância e, desta forma, ela faz sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Em relação a RSA a empresa informa que o grupo tem o foco em quatro pilares de atuação – Meio Ambiente, Ciência e Educação, Necessidades Sociais e Cultura e Esportes, mantendo cerca de 300 projetos sociais, mundialmente, com investimentos anuais de 50 milhões de euros.

A preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável é prioridade também no Brasil. O grupo desenvolve 20 programas de RSA, que já beneficiaram mais de dois milhões de pessoas em todo o País, tendo como meta melhorar as perspectivas de futuro dos brasileiros, seja contribuindo com o desenvolvimento da agricultura sustentável, promovendo a educação e o planejamento familiar ou fornecendo alimentação básica. Dos 20 programas existentes estão apresentados abaixo, os ligados à área farmacêutica, sendo também apresentados projetos e programas internacionais na qual o grupo faz parte, conforme dados do Apêndice D.

- Programa Bayer de Jovens Embaixadores Ambientais

O programa faz parte de uma de parceria global que a empresa mantém com o PNUMA, a favor da juventude e do meio ambiente. O programa foi criado em 1998 na Tailândia e no Brasil foi desenvolvido desde 2004 e tem como objetivo identificar jovens de 18 a 25 anos nas áreas de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável para atuarem como embaixadores ambientais.

Os vencedores têm oportunidade de viajar para a Alemanha, onde participam do encontro mundial com os selecionados em outros 18 países e tem como programação visita as instalações ambientais da Bayer, órgãos do Governo relacionados ao meio ambiente, universidades e museus científicos em Leverkusen, onde está a sede mundial da empresa.

Durante o encontro os eleitos jovens embaixadores ambientais apresentam seus projetos para os colegas de outros países tendo a oportunidade de discutir as diferenças nas questões ambientais entre os países e encontrar soluções para problemas comuns.

Essa iniciativa do grupo faz com que esteja muito presente nas mídias como jornal, conforme Apêndice E, televisão e principalmente universidades, acredita-se que a Grupo ganha muito na sua imagem ao realizar essa iniciativa, pois coloca em foco a sua preocupação com o Meio Ambiente o que melhora sua imagem institucional, visto que é uma empresa do ramo Químico-Farmacêutico, e como trabalham muito com universidades onde se encontram importantes pesquisados e formadores de opinião do país, isso torna muito interessante para o seu negócio, transformando muitas vezes desafios em oportunidades.

- PontocomCiência

O projeto tem como objetivo despertar o interesse de crianças, jovens, professores e pessoas da comunidade em ciência e pesquisa, com experiências simples e interativas.

O projeto é voltado para as comunidades vizinhas, começando pela unidade Socorro, na zona sul de São Paulo, sede da Bayer no Brasil. Como a área abriga diversos corpos d'água importantes para a cidade de São Paulo, como a represa Guarapiranga e diversos mananciais, o foco do projeto são os recursos hídricos. A iniciativa já foi realizada em duas escolas públicas da região em parceria com a Fundação Abrinq. O PontocomCiência é uma iniciativa ligada ao programa de voluntariado da Empresa.

Dentro das escolas que foi realizado o projeto, são apresentadas atividades como teatro onde são trabalhados temas como a importância de não jogar lixo na rua e próximos a mananciais, é realizado oficinas de reciclagem onde os colaboradores da empresa ensinam como transformar “lixo” em objetos para uso, como, por exemplo, caixinhas de leite em bolsas, garrafas de vidro em vasos. São realizadas palestras para pais e professores da importância da reciclagem e como descartar seu lixo dentro de casa, de como descartar óleo de cozinha, ensinando a não jogar direto na pia. Os químicos da empresa realizam experiências para despertar o interesse em ciência pelos alunos, mostrando que muitos processos químicos são realizados para a melhor qualidade de vida e não para destruir o meio ambiente, isto torna muito interessante para a imagem da empresa, pois são comunidades no

entorno de sua fábrica e é muito importante que sejam parceiras da empresa, essas experiências são simples, por exemplo, no último ano foi apresentado como se faz sabão. Os funcionários da empresa também cuidam da escola, pintando, tratando o jardim, deixando áreas para plantar árvores no dia do evento junto com as crianças, pais e professores, falando sobre a importância de se plantar e cuidar de árvores e áreas verdes.

Para a realização deste projeto é criado um grupo seis meses antes dentro da empresa, com participação voluntária dos colaboradores, onde são discutidos os temas que serão abordados e dados idéias de como realizar o projeto, são os próprios funcionários que realizam todo o projeto desde a comunicação com a escola escolhida até a execução do projeto.

- Programa ATO

Programa de Atenção e Orientação à Saúde Sexual e Reprodutiva - ATO foi desenvolvido pela Schering do Brasil em 1993 e incorporado a Bayer Schering Pharma em 2006 e tem como objetivo orientar jovens e adultos sobre saúde sexual e reprodutiva, o programa aborda principalmente temas como o planejamento familiar e os métodos contraceptivos, os orientadores que são médicos e farmacêuticos também esclarecem mitos e tabus da adolescência, são realizadas cerca de 3.500 palestras anualmente.

O programa é desenvolvido pelo grupo em locais como instituições de ensino, que tem como foco principal ações de educação como palestras com o tema de sexualidade e contracepção que são voltados para adolescentes com faixa etária a partir de 13 anos, são abordados temas como a primeira relação sexual, a primeira consulta ao ginecologista e principalmente métodos de contracepção, as instituições são escolhidas pelo pessoal de comunicação da empresa e é mais focada para o público de baixa renda, pode ocorrer também de a própria instituição procurar a empresa para a realização das palestras; outro programa é a palestra de Planejamento Familiar que atinge adultos, homens e mulheres em todas as faixas etárias que também é abordado o tema de contracepção; palestras sobre as fases da vida da mulher já é mais direcionada a mulheres na faixa etária acima de 30 anos, onde aborda temas como as mudanças no corpo da mulher e os melhores métodos para a contracepção e reposição hormonal nessa fase da vida.

O grupo também oferece curso de capacitação para multiplicadores com parcerias com Secretárias de Saúde onde é oferecido curso em módulos e são indicados leituras, filmes e também fornecidos matérias como DVD de Saúde Reprodutiva, e os Folhetos de Planejamento Familiar e A primeira vez, materiais esses criados pela empresa.

Por meio de todos esses programas realizados pelo projeto ATO, não há propaganda específica de nenhum produto direto da empresa, o público alvo vai desde a adolescência até a fase madura da mulher e do homem e incentiva esses participantes a optar pela marca Bayer ao escolher produtos de contracepção ou de reposição hormonal, acredita-se que este seja o grande objetivo da empresa que mostra aos seus clientes ou futuros clientes que além de fornecer informações e orientações também oferecem produtos nessa linha, já que este segmento é o principal da área farmacêutica, onde há uma planta totalmente voltada à produção de hormônios, tanto contraceptivos quanto medicamentos para a reposição hormonal.

- Canal Futura

A Bayer Schering Pharma é parceira do Canal Futura desde 2002 sendo uma das mantenedoras do canal que foi criado em 1997, que trabalha na promoção de educação na área de saúde aos brasileiros, a empresa desenvolve junto com outras ONGs, universidade e produtoras independentes a colaboração com o conteúdo de programas como Ao Ponto, Estação Saúde e Saúde & Tal.

- Prêmio Bayer Jovem Farmacêutico

O Programa foi lançado em 2007, é o primeiro prêmio criado no Brasil pela indústria farmacêutica para reconhecer os profissionais desta área, apoiando a pesquisa e investimento em estudantes e profissionais que procuram alternativas para a saúde dos brasileiros. A iniciativa é destinada a estudantes de Farmácia e profissionais recém-formados inscritos no Conselho Regional de Farmácia de seu estado que tenham menos de 30 anos de idade. Os vencedores são selecionados por uma comissão julgadora independente, constituída por

membros da comunidade científica e representantes da entidade de classe dos farmacêuticos. A avaliação é feita a partir dos critérios de contribuição ao conhecimento sobre o tema: originalidade, qualidade do texto quanto à linguagem e qualidade da apresentação.

O programa é uma parceria entre o Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo e apoiado pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP) - Unidades de São Paulo e Ribeirão Preto e pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) do Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) que criam um tema para ser desenvolvido como pesquisa pelos participantes, o concurso é realizado em duas categorias, estudantes e profissionais, os primeiros colocados ganham prêmio em dinheiro e certificado, acredita-se que este projeto é interessante para a empresa, pois fortalece a parceria com conselho e universidades onde estão grandes pesquisados e formadores de opinião, além de poder analisar por meio do tema proposto quais são as idéias, tendências e inovações que os estudantes e a comunidade acadêmica tem a oferecer, o que acredita-se ser muito interessante aos negócios da empresa.

- Proteção Climática

Programa lançado em 2007, com ações integradas voltadas a um dos principais desafios da atualidade: a proteção climática; o programa é realizado através de estudos para diminuir a liberação de poluentes de suas atividades industriais, nos *sites* de produção de São Paulo; metas são estabelecidas anualmente para reduzir resíduos sólidos e há um projeto para realizar o tratamento dos próprios efluentes industriais. Desde o início dos anos 90, segundo informação do Grupo no Apêndice D, foram reduzidas suas emissões diretas de gases causadores do efeito estufa em 30%, essas informações são avaliadas por equipes de meio ambiente e engenharia que colocam metas a serem atingidas, bem como são responsáveis por verificar ao longo desse tempo o que está sendo realizado, é contratada uma empresa terceirizada para realização das medições de poluentes, essas informações geram relatórios que são enviados ao setor de sustentabilidade corporativa e o mesmo envia os dados para a sede na Alemanha que verifica se as metas estão sendo atingidas e toma as providências necessárias para a melhoria nos processos, essas medidas podem ser, por exemplo, a pesquisa na troca de um solvente orgânico em um processo por água, esses estudos podem levar algum

tempo, mas é através desses relatórios que tomam decisões de quais serão seus objetivos e metas, e é através dos dados enviados de cada área de produção que geram relatórios anuais de sustentabilidade de todo o Grupo Bayer no mundo.

O grupo Bayer desenvolveu um novo instrumento chamado de *Bayer Climate Check* que tem a função de controle a fim de tornar a produção menos dependente de energia e mais favorável ao clima. Com este instrumento é possível, avaliar não apenas a própria instalação da produção, mas também toda a matéria-prima e energia necessárias para tal atividade.

A avaliação do clima é feita com um novo indicador de desempenho que proporciona aos tomadores de decisões um critério ecológico para avaliarem os processos de produção e os projetos de investimento e tecnologia, além dos indicadores convencionais de rentabilidade.

No programa cem unidades de produção são analisadas sistematicamente em todo o mundo, que representam cerca de 85% das emissões de gases de efeito estufa da empresa, são analisadas inclusive as unidades de produção do Brasil. A partir desta avaliação, a proposta é identificar as possíveis reduções de emissão.

A metodologia do *Bayer Climate Check* está voltada para padrões internacionalmente reconhecidos. Para documentar a transparência e a objetividade do procedimento, a metodologia foi certificada pela TÜV Süd, uma das maiores organizações de auditoria do mundo no campo de proteção do clima. O programa deverá ser oferecido a outras empresas como uma ferramenta para reduzir as emissões de CO₂. (*BAYER CLIMATE CHECK*, 2011) Os quadros 1, 2 e 3 mostram emissões do grupo, incluindo as da área farmacêutica. (*SUSTAINABLE DEVELOPMENT REPORT*, 2010).

Quadro 1: Emissões de gases de efeito estufa pelo Grupo Bayer*

Condição	Emissões no ano, em milhões de toneladas equivalentes de CO ₂ por tonelada de produto					
	2006	2007	2008	2009	2010	Meta 2020*
Emissões diretas de gases de efeito estufa **	5,71	5,59	5,09	4,57	4,8	
Emissões indiretas de gases de efeito estufa ***	3,67	3,71	3,57	3,53	3,7	
Emissões totais de gases de efeito estufa	9,38	9,3	8,66	8,1	8,5	
Emissões de GHG específicos (toneladas equivalentes de CO ₂ por tonelada de produto)						0,79 (-35%)****

* Portfólio ajustado em conformidade com o Protocolo de Gases de Efeito Estufa (GHG)

** Em 2010, das emissões de gases de efeito estufa 82,0% foram de gás carbônico (CO₂), 17,6% de óxido nitroso (N₂O), aproximadamente 0,3% de hidrocarbonetos fluorados e 0,1% de metano.

***Normalmente, o CO₂ em processos de incineração representa mais de 99% de todas as emissões de gases de efeito estufa. Portanto, ao determinar as emissões indiretas, os cálculos foram limitados a CO₂.

****Com referência a dados de 2005.

Fonte: Sustainable Development Report 2010 (www.sustainability2010.bayer.com)

Quadro 2: Emissões de gases de efeito estufa do Grupo Bayer, por subgrupo de serviço.

Subgrupo	Total de emissões anuais, diretas e indiretas, em milhões de toneladas equivalentes de CO ₂					
	2006	2007	2008	2009	2010	Meta 2020*
Bayer MaterialScience	5,94	5,55	5,06	4,83	5,24	
Bayer HealthCare	0,58	0,57	0,56	0,55	0,54	0,53 (- 10%)
Bayer CropScience	1,15	1,18	1,20	1,09	1,09	1,03 (-15%)
Outros**	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	
Currenta***	1,69	1,98	1,82	1,62	1,62	
Emissões de GHG específicos para a Bayer MaterialScience (toneladas equivalentes de CO ₂ , por ano)	1,14	1,01	0,99	1,09	0,96	0,70 (-40%)

* Portfólio ajustado, com base em dados de 2005. (número entre parêntesis significa a redução em relação a 2005).

** Emissões totais de gases de efeito estufa do segmento de Tecnologia e Serviços (administrativo)

*** As emissões comunicadas pela Currenta são atribuíveis ao fornecimento de energia a outras empresas nos sítios da Chempark.

Fonte: Sustainable Development Report 2010 (www.sustainability2010.bayer.com)

Quadro 3: emissões atmosféricas de outros importantes poluentes.

Poluente	Emissão no ano (1.000 toneladas)				
	2006	2007	2008	2009	2010
CO	2,2	2,0	1,7	1,4	1,4
NOx	4,0	4,0	3,9	3,5	3,7
SOx	3,8	3,6	3,2	2,8	2,7
Particulados	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

Fonte: Sustainable Development Report 2010 (www.sustainability2010.bayer.com)

A empresa realiza em seu relatório anual de sustentabilidade critérios do programa *Global Reporting Initiative* (GRI), como mostrados nos quadros 1, 2 e 3, que é promovido pela ONU e incentiva a publicação transparente de dados econômicos, ambientais e sociais.

Conforme Apêndice D, o grupo participa de alguns projetos internacionais que são de grande importância na prática da responsabilidade socioambiental como: *World Business Council for Sustainable Development* (WSCDS), este projeto reúne mais de 200 empresas e é focado em desenvolvimento sustentável e negócios, as empresas participantes compartilham práticas de sustentabilidade, estabelecendo uma rede entre órgãos públicos e privados de 35 países e 20 grandes setores da indústria, a Bayer participa deste projeto desde 1997 e no Brasil é representado pelo Conselho Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); a Bayer está entre os fundadores do fórum industrial alemão de desenvolvimento sustentável “*ecosense*” e foi uma das primeiras empresas a assinar o novo “*Responsible Care Global Charter*”, em 2006; O *Carbon Disclosure Project* (CDP) é uma organização com o objetivo de criar um relacionamento de longo prazo entre acionistas e empresas, facilitando o diálogo sobre as implicações da mudança climática nas operações, são participantes cerca de 3 mil empresas, entre elas a Bayer, o programa classifica anualmente as 500 maiores empresas do mundo com ações negociadas que conseguiram reduzir a emissão dos gases do efeito estufa e implementar estratégias para a administração das mudanças climáticas, assim como a divulgação de suas informações, no chamado *Climate Disclosure Leadership Index*, o primeiro índice internacional de proteção climática; *Combat Climate Change* foi fundado também por iniciativa da Bayer, o projeto que tem como objetivo combater mudanças

climáticas é formado pelas indústrias líderes neste assunto como o objetivo de desenvolver uma nova política global em continuidade às metas do Protocolo de Kyoto; a empresa é também uma das fundadoras do *Pacto Global*, uma iniciativa da ONU que em 1999 lançou um desafio aos líderes de negócios para participar de uma iniciativa internacional que reúne empresas, agências da ONU e a sociedade civil, sua principal preocupação é construir a legitimidade social dos negócios e mercados mostrando que práticas de negócio responsáveis geram confiança e capital social, contribuindo para mercados sustentáveis.

Análise:

Os projetos de RSA realizados pela empresa parecem ter efeitos benéficos e acredita-se assim que a empresa seja muito mais aceita por seus *Stakeholders*, levando principalmente a uma maior receptividade dos produtos por parte dos clientes.

O envolvimento com a comunidade ao redor das fábricas da empresa é muito importante para uma boa imagem institucional, principalmente no *site* Cancioneiro, que se encontra hoje próxima a área residencial. Quando a empresa se mostra parceira de sua comunidade a relação entre essas fica cada vez mais fortalecida e aumenta a confiança recíproca, o que traz benefícios às duas partes envolvidas.

A participação em programas e projetos internacionais renomados no assunto de responsabilidade socioambiental como foi apresentado, mostra que o grupo é realmente interessado no desenvolvimento e melhoria na questão ambiental e social, pode-se verificar por meio de entrevista realizada que para a criação de relatórios anuais de sustentabilidade o Brasil fornece seus dados estatísticos e recebe as orientações da sede da empresa, porém acredita-se que a maior parte de ações para redução de emissões, embora tenha projetos locais, as plantas de produção do Brasil ficam muito dependentes da autorização e verba da matriz, visto que isto ainda é muito comum por se tratar de uma empresa multinacional. Podem-se verificar também por meio do relatório anual de sustentabilidade que os *stakeholders* são muito mais ativos as decisões e participação nos negócios da empresa em países desenvolvidos, como na Alemanha onde esta a sede da empresa e Estados Unidos, esta participação ainda é muito pequena no Brasil.

6. CONCLUSÃO

O tema Responsabilidade Socioambiental ainda é muito recente e pouco se alcançou de concreto embora existam algumas iniciativas nesse sentido. Entende-se que as comissões e os acordos internacionais voltados para tratar do assunto são fundamentais para levantar soluções e orientar práticas para essa temática tão emergente.

Em um mundo cada vez mais competitivo, há crescentes exigências às empresas, assim como restrições de mercado que impõe uma série de leis e normas. Uma legislação ambiental séria e o respeito a essa legislação no âmbito empresarial, pode ser inclusive fonte de maior competitividade, de inovação, de implementação de práticas de gestão e melhoria de processos, de produtos e serviços.

O baixo retorno da pesquisa exploratória mostra que as empresas ainda não estão abertas o suficiente para tratar do assunto Responsabilidade Socioambiental. Pode-se pensar, no entanto que o apoio de instituições ligadas à indústria como sindicados, federações e associações, poderiam facilitar o primeiro contato da pesquisadora e a “abrir as portas” para participar da pesquisa. Os resultados mostram que empresas de grande porte, principalmente multinacionais, são mais abertas a fornecer informações, tanto em seus *sites* na internet como por meio do contato pessoal via telefone e correio eletrônico.

Outro ponto que também pode ser considerado é o fato de que empresas que não são certificadas terem mais receio em fornecer dados provavelmente por temer o uso dessas informações, e assim não responderam o questionário. Isto foi observado, pois foi confirmado através do primeiro contato por telefone que algumas empresas não tinham certificações ambientais. Também pode ter ocorrido desinteresse do responsável no recebimento da pesquisa, por não acreditar que a pesquisa pudesse trazer algum benefício ao seu negócio.

Talvez o método utilizado de fazer a pesquisa através de telefone e por correio eletrônico tenha dificultado na obtenção da resposta, uma visita às empresas poderia aumentar o número de empresas participantes.

Empresas que tem informações claras divulgadas em seus meios de comunicação corporativos foram as que se mostraram mais abertas a contatos, embora acredita-se também que algumas empresas, não responderam à pesquisa pela burocracia interna na obtenção de autorização para a divulgação dos dados.

Considerando as empresas que responderam o questionário é possível observar que, as mesmas têm resultados positivos em relação à prática de RSA, bem como são certificadas pela ISO 14001, o que acaba sendo de grande interesse dessas empresas divulgarem externamente o seu trabalho. Os resultados mostram também que a política interna de responsabilidade socioambiental se realiza sempre após a instituição ter o sistema de gestão ambiental solidamente implantado, com certificações e políticas de treinamentos de seus colaboradores, sendo assim, mais preparadas para a realização da prática de responsabilidade socioambiental. Isso decorre do fato de que é um acontecimento institucional que ocorre primeiramente dentro da instituição e que com o tempo é ampliado para a comunidade.

A empresa do estudo de caso faz parte do programa Atuação Responsável® apresentando metas ambientais para a melhoria contínua de forma transparente para toda a empresa por meio de planilhas que são de acesso a todos os colaboradores e partes interessadas; a empresa também divulga seus indicadores de desempenho na área de Saúde, Segurança e Meio Ambiente; essas medidas além de ser uma forma de transparência exigida pelo programa Atuação Responsável®, também auxiliam a manter a certificação ISO 14001. Estas duas ferramentas de gestão podem ser consideradas as principais dentro do conjunto de empresas que responderam ao questionário exploratório.

Da análise realizada por meio dos programas de responsabilidade social na empresa do estudo de caso depreende-se que os projetos são mais ligados ao cunho social do que ao ambiental, isto também pode ser observado nos *sites* corporativos das empresas pesquisadas na primeira fase do trabalho. A questão ambiental é mais bem desenvolvida dentro das organizações com programas de conscientização, melhoria nos processos industriais, análise de aspectos e impactos ambientais causados pela organização, porém quando se fala de projetos fora dos portões da organização, observa-se que ainda pouco é realizado em relação ao meio ambiente; a empresa do estudo de caso na cidade de São Paulo tem projetos mais relacionados à prática de conscientização ambiental na comunidade.

Das empresas participantes da pesquisa que responderam ao questionário, pode-se verificar que elas realmente não estão mais preocupadas apenas em seguir leis, elas querem ir além disso, procurando a cada dia mostrar de forma clara seus processos, produtos e serviços e fazer com que as partes interessadas, como organizações, acionistas, governo, sociedade civil e principalmente seus clientes estejam envolvidos em seus projetos. Por isso, empresas desse porte apresentam maior interesse em divulgar seus projetos sociais e ambientais para

fora de sua instituição, pois vêm que esse é o novo caminho para fortalecer, consolidar e trazer benefícios aos seus negócios.

REFERÊNCIAS

ABIFARMA. – Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica. Disponível em: <<http://www.fcf.usp.br/Ensino/Graduacao/Disciplinas/Exclusivo/Inserir/Anexos/LinkAnexos/Industria%20farmaceutica%20no%20Brasil.txt.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2009.

ABIQUIM – Atuação Responsável. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br/atuacaoresponsavel/historico.asp>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Disponível em: <www.abnt.org.br/www.iadb.org/ETICA/Documentos/abn_norma-p.doc>. Acesso em: 29 abr. 2010.

BALAZINA, A. Manejo feito hoje não é adequado para a espécie. Folha de S. Paulo. São Paulo, 6 jan. 2009. Folha Ciência. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0501200902.html>>. Acesso em: 6 jan. 2009.

BARBIERI, J.C. **Gestão Ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 1º Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARSA. **O protocolo de Kyoto**. In: Livro do Ano 2005. Planeta, 2005.

BAYER – História no Brasil. Disponível em: <http://www.bayer.com.br/scripts/pages/pt/grupo_bayer/histria/index.php>. Acesso em: 18 fev. 2011.

BAYER CLIMATE CHECK. Disponível em: <http://www.bayer.com.br/scripts/pages/pt/sustentabilidade/programa_bayer_de_clima/bayer_climatecheck1/index.php>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BELLEN, H.M.VAN. **Indicadores de sustentabilidade**: análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BORGER, F.G. **Responsabilidade Social**: Efeitos da atuação Social na Dinâmica Empresarial [tese de doutorado]. São Paulo; Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP; 2001.

CAMINHO DE JOANESBURGO, **Rio +10 Brasil**: balanço e perspectivas. Disponível em: <www.ambiente.sp.gov.br/destaque/joanesburgo.htm>. Acesso em: 13 mar. 2011.

CAVALCANTI, C. Condicionamento biofísico da economia e suas implicações quanto à noção do desenvolvimento sustentável. In REYDON, B. P. **Ecônomia do meio ambiente**: aspectos teóricos, políticos e a gestão de espaços regionais. Campinas: Embrapa/Unicamp, 1997. p. 61-82.

DONALDSON & PRESTON, apud John R. Boatrit, **Ethics the Conduct of Business**, cit.

FREEMAN, R.E. **Strategic Management**: a Stakeholder approach (Boston: Pitman, 1984), p. 76, apud Kim Davenport, “Corporate Citizenship: a Stakeholder Approach for Defining Corporate Social Performance and Identifying Measures for Assessing it” em Business and Society, vol 39, Chicago, Junho de 2000, p. 219-219.

FERRAMENTAS DE GESTÃO. Disponível em: <www.iso.org/sr - www.uniethos.org.br>. Acesso em: 27 fev. 2009.

FOX, T. **Corporate social responsibility and development**: in quest of an agenda. Society for International Development, Washington, v 47 n. 1, p. 29-36, 2004.

FRESHFIELDS – FRESHFIELDS BRUCKHAUS DERINGER. **The development and impact of CSR on the construction industry.** Briefing, Milão, mai 2006. Disponível em: <<http://www.freshfields.com/publications/pdfs/2006/16830.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2008.

FREY, M.R.; CAMARGO, M.E. **Análise dos indutores da Evolução da Consciência Ambiental. Revista Qualitas**, 2003. Disponível em: <http://www.uepb.rpp.br/revista_qualitas/artigos_2003/conscienciaambiental.pdf>.

GIL, A.C. **Metodologia e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GILL, S. **Environmental mega-conferences-from Stockholm to Johannesburg and beyond** – Journal Global Environmental Change 13, 2003, p. 223-228.

GLOBAL CHARTER - RESPONSIBLE CARE®. Disponível em: <http://www.icca-chem.org/ICCA Docs/09_RCGC_EN_Feb2006.pdf?epslanguage=en>. Acesso em: 15 fev. 2011.

GREENPEACE. **BHOPAL O desastre continua (1984-2002)**. Disponível em: <www.greenpeace.org.br/toxicos/pdf/bhopal_desastrecont.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2010.

ITANI,A; REI,F; TOMELIN, N. J – **Gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**. – São Paulo: Olha d`Água, 2008.

JACOBI, P. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Revista de Desenvolvimento e meio Ambiente. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.cepam.sp.gov.br>>

JUNQUEIRA, E.R. **Utilização de Indicadores Econômico-financeiro para a Avaliação do Desempenho Ambiental das Organizações**: um estudo exploratório. 136p. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

HAGIHARA, F.B. **O Meio Ambiente e a Organização:** Um estudo de caso baseado no posicionamento de um empresa frente a uma novo perspectiva ambiental. (Dissertação de Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

LOUETTE, A. **Compêndio para a sustentabilidade** - Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental - Uma Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável. 1º Ed. Editora: Antakarana Cultura Arte Ciência Ltda. São Paulo. 2007.

MEADOWS, D. **Indicators and information systems for sustainable development.** Hartland Four Corners: The Sustainability Institute, 1998. (A Report to the Balaton Group). Disponível em: <<http://www.nssd.net/pdf/donella.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2003 (Referência bibliográfica – 1 DC-ROM – Disciplina de Indicadores da Faculdade de Saúde Pública).

MEBRATU, D. **Sustainability and Sustainable Development:** Historical and Conceptual Review. Environmental Impact Assessment Review, 1998. v. 18, p. 493-520.

PADILHA, M. **Indicadores de desenvolvimento sustentável para o setor Têxtil** [tese de doutorado]. São Paulo; Faculdade de Saúde Pública da USP; 2009.

PADILHA, M – **Prática ambiental em indústrias têxteis do Estado de São Paulo.** Artigo publicado na Revista Brasileira de Ciências Ambientais. Número 12. Abril de 2009.

RESPONSIBLE CARE®. Disponível em: <<http://www.responsiblecare.org/>>. Acesso em 27 abr. 2010.

RIBEIRO, IN - **INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL.** Disponível em: <<http://www.fcf.usp.br/Ensino/Graduacao/Disciplinas/Exclusivo/Inserir/Anexos/LinkAnexos/Industria%20farmaceutica%20no%20Brasil.txt.pdf>> Acesso em: 06 out. 2009.

SEQUINEL, M.C.M. **ANÁLISE CONJURAL**, v.24, n.11-12, p.13, nov./dez. 2002.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT REPORT. Relatório Anual de Sustentabilidade: Grupo Bayer, 2010. p. 56 – 57. Disponível em: <http://www.sustainability2010.bayer.com/en/sustainable-development-report-2010.pdfx>. Acesso em 07 Jul 2011.

TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócio focadas na realizada brasileira. São Paulo: Atlas, 2004.

TENERELLI, A. SILVA, D.G.F. da; PAIVA, E.C. de C. A educação e sua contribuição na garantia de sustentabilidade no processo de desenvolvimento. In: SILCA, C.L. (Org.). Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 103-121.

TINOCO, J.E.P. Balanço Social. São Paulo: Atlas, 2001

VALLE, C.E. – Qualidade Ambiental ISO 14000 – 10º edição – São Paulo – SP, Editora SENAC, 2002.

VEIGA, J.E. A Emergência Socioambiental. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

VILELA JUNIOR, A.; DEMAJOVORIC, J. Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental: Desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

VINHA, V. As empresas e o desenvolvimento sustentável: da ecoeficiência à responsabilidade social corporativa, 2004. In: MAY, P. H; LUSTOSA, M.C.; VINHA, V. Economia do Meio Ambiente. 1º Ed. Rio de Janeiro: Campus. Cap. 7, p. 173-197.

YIN, R.K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. Porto Alegre – RS: Bookman, 2001.

APÊNDICE A



Prezado(a) Senhor(a)

Sou aluna do Programa de Mestrado do Instituto Mauá de Tecnologia, e desenvolvo uma pesquisa com a Indústria Químico-Farmacêutica da Cidade de São Paulo que apresente atividade Industrial.

O objetivo da pesquisa é verificar a existência da prática de Gestão Ambiental, e Responsabilidade Socioambiental neste segmento industrial, e se esta prática traz benefícios aos negócios da empresa.

Como pesquisadora, comprometo-me tanto a divulgar os resultados obtidos ao final da pesquisa, quanto a garantir o anonimato associado ao conteúdo da entrevista.

Agradeço sua colaboração e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Pesquisadora Responsável: Luciana Freitas dos Santos, sob orientação do Prof. Dr. João Vicente de Assunção.

Atenciosamente,

Luciana Freitas dos Santos

APÊNDICE B

Nacionalidade: _____	Porte da Instituição ¹	Micro empresa
	Pequena empresa	
	Média empresa	
	Média-grande empresa	
	Grande empresa	

Questões elaboradas para a abordagem do tratamento das questões de Gestão Ambiental e Responsabilidade Socioambiental – RSA, aplicadas às Indústrias do setor, Químico-Farmacêutica da Cidade de São Paulo, que tenham atividade produtiva.

Questões relacionadas à Gestão Ambiental

1º A empresa tem Sistema de Gestão da Qualidade implantado e bem estabelecido?

- Sim, com certificação ISO 9001
- Sim, sem certificação
- Não

2º A empresa tem Sistema de Gestão Ambiental implantado?

- Sim, com certificação ISO 14001
- Sim, sem certificação
- Não

3º O Sistema de Gestão Ambiental existente está bem estabelecido?

- Sim
- Não

4º A empresa divulga o Sistema de Gestão Ambiental através de campanhas na organização?

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não

5º Existe um departamento que cuide fundamentalmente de Gestão Ambiental?

- Sim
- Não

6º Os colaboradores da empresa estão formalmente treinados em relação aos aspectos e impactos ambientais provenientes de seu ramo de negócios?

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não

Questões relacionadas à Responsabilidade Socioambiental - RSA

7º Existe um programa de RSA na organização?

- Sim, totalmente implementado.
- Sim, parcialmente implementado
- Não

8º Há quanto tempo existe programa de RSA na empresa?

- Menos de 1 ano
- Há mais de 1 ano
- Há mais de 5 anos
- Há mais de 10 anos

9º Há projetos de RSA da empresa junto à comunidade?

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não

10º A empresa tem objetivos e metas em relação a RSA?

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não

11º O programa de RSA das operações da empresa, são plenamente apoiados pela alta administração?

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não

12º A prática de RSA tem trazido benefícios aos negócios da empresa?

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não

Responsável pelos dados _____ Cargo _____

1 – Classificação de Porte Empresarial Dados BNDES 2011 – Disponível em
http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/bnDES/bnDES_pt/Navegacao_Suplementar/Perfil/porte.html

Classificação	Receita operacional bruta anual
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média-grande empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

APÊNDICE C

Estudo de Caso Bayer S/A

Questões que abordam o tratamento das questões de Gestão Ambiental e Responsabilidade Socioambiental na organização.

1º A empresa tem Sistema de Gestão Ambiental implantado?

Sim
Não

O Sistema de Gestão Ambiental é bem estabelecido?

Dispõe de Política Ambiental, e divulga através de campanhas na organização?

Dispõe de processos de identificação dos aspectos e impactos ambientais relativos às operações da empresa em relação a sua comunidade?

2º Quais são as certificações existentes?

3º Existe um departamento que cuide fundamentalmente da Gestão ambiental?

Quais são as atribuições deste departamento

4º Existe um programa de responsabilidade sócioambiental – RSA na organização?

Que tipos de atividades a empresa realiza em relação a RSA?

Como são divulgados os projetos em relação a RSA com a comunidade?

5º Os procedimentos, voltados à sustentabilidade, bem como a RSA das operações da empresa, são plenamente apoiados pela alta administração? De que forma ocorre?

6º Há objetivos e metas estratégicos orientados para a RSA?

7º Que efeitos acreditam ser gerados pela realização dos projetos de RSA pela empresa?

APÊNDICE D
Folheto de Responsabilidade Socioambiental



Agindo com responsabilidade – Criando oportunidades

Comprometido com os princípios do desenvolvimento sustentável e com seu papel de cidadão eticamente responsável, o Grupo Bayer tem a missão de trabalhar em benefício da humanidade, sempre envolvido com as questões sociais e relacionadas ao meio ambiente. Na Bayer, economia, ecologia e compromisso social são objetivos de igual importância e desta forma a Empresa faz sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Focada em quatro pilares de atuação – Meio Ambiente, Ciência e Educação, Necessidades Sociais e Cultura e Esportes, a Bayer se dedica à sua missão diariamente – a Empresa mantém cerca de 300 projetos sociais mundialmente com investimentos anuais de 50 milhões de euros.

A preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável é prioridade também no Brasil. A Empresa desenvolve 20 programas de Responsabilidade Social, que já beneficiaram mais de dois milhões de pessoas em todo o País, tendo como meta melhorar as perspectivas de futuro dos brasileiros, seja contribuindo com o desenvolvimento da agricultura sustentável, promovendo a educação e o planejamento familiar ou fornecendo alimentação básica, entre outras atividades.

Proteção climática

Lançado mundialmente em 2007, o **Programa Bayer de Clima** é um programa com ações integradas voltado a um dos principais desafios da atualidade: a proteção climática.

O objetivo da Bayer com a iniciativa é reduzir cada vez mais as emissões de gases causadores do efeito estufa e desenvolver soluções para aumentar a proteção do clima.

A Bayer sempre foi uma empresa reconhecida por instituições independentes por seu comprometimento com a preservação do meio ambiente. Desde o início dos anos 90, o Grupo reduziu suas emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa em 30%.

Conheça os três projetos de destaque do Programa Bayer de Clima:

- Edifícios EcoComerciais
- Agricultura Sustentável
- Bayer Climate Check



Edifícios EcoComerciais

Aproximadamente 20% das emissões globais de gases do efeito estufa é consequência do consumo de energia dos edifícios. Pensando nisso, uma das atividades previstas no Programa Bayer de Clima é o desenvolvimento do Edifício EcoComercial, um conceito que pode ser adaptado globalmente para a construção de prédios comerciais com emissão-zero de gases causadores do efeito estufa.

Este tipo de construção, que utiliza produtos Bayer para o isolamento térmico e recursos próprios para a geração de energia renovável, consegue preencher suas necessidades energéticas por si só.

A primeira iniciativa nesse sentido é um novo prédio da Bayer próximo a Nova Deli, na Índia. Com a integração de diversos aspectos, como os vidros das fachadas e sistemas especiais de ventilação, o prédio será adaptado às condições de clima subtropical do local, caracterizado pelo calor e umidade. O resultado será um consumo 70% menor em comparação com um prédio comum neste país.



Agricultura sustentável

Com as mudanças climáticas, torna-se de vital importância proteger cada vez mais os cultivos e aumentar a produtividade. E é aqui que a Bayer CropScience entra. A Empresa quer utilizar as possibilidades viabilizadas pela biotecnologia para tornar as plantas mais resistentes às condições climáticas adversas como a seca e o calor excessivo, ampliando sua "tolerância ao estresse" e, consequentemente, contribuindo para o desenvolvimento máximo do potencial produtivo das lavouras.

Outro foco mundial da Bayer CropScience na área de biotecnologia vegetal é o desenvolvimento de matérias-primas agrícolas voltadas para a elaboração de biocombustíveis. Um bom exemplo é InVigor®, uma variedade de canola de alta produtividade desenvolvida pelos pesquisadores da Bayer CropScience e cultivada no Canadá. Por meio desta variedade conseguiu-se uma produção 20% maior de biodiesel, se comparado com outras sementes. Outra possibilidade está no pinhão-manso, que pode ser cultivado em regiões secas e cuja semente contém 30% de óleo, podendo também ser utilizada para a produção de biodiesel.



Bayer Climate Check

Este projeto está avaliando o impacto dos processos de produção da Bayer no clima mundial. A primeira etapa consiste na análise das 100 principais unidades de produção do Grupo, que representam 85% do total de emissões de gases do efeito estufa da Empresa ao redor do mundo. Feito isso, diversas medidas serão adotadas para reduzir os gases do efeito estufa e aprimorar a eficiência energética. Para que outras empresas também possam se beneficiar dessa ferramenta inovadora, a Bayer irá oferecê-la no mercado.

Há ainda duas iniciativas do Programa Bayer de Clima para incentivar jovens alunos a se interessarem pelo assunto. Uma delas é o *Bayer Climate Award*, prêmio mundial que tem como objetivo reconhecer profissionais que apresentem soluções inovadoras para a proteção do clima e que será realizado a cada dois anos. A outra iniciativa é um programa de bolsas de estudo chamado *Bayer Climate Fellows* para estudantes exemplares e interessados na proteção climática.

Programa Bayer Jovens Embaixadores Ambientais

Criado na Tailândia em 1998, o Programa Bayer Jovens Embaixadores Ambientais é desde 2004 o carro-chefe da parceria global que a Bayer mantiém com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em prol da juventude e do meio ambiente. Realizado no Brasil desde 2004, o objetivo do Programa é identificar lideranças jovens de 18 a 25 anos nas áreas de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Os jovens vencedores embarcam em uma viagem para a Alemanha, onde participam do encontro mundial com os vencedores de outros 18 países. A programação inclui visitas as instalações ambientais da Bayer, órgãos do Governo relacionados ao meio ambiente, universidades e museus científicos em Leverkusen, onde está a sede mundial da Empresa, e em Colônia.

Um dia é reservado para que os jovens embaixadores ambientais apresentem seus projetos para os vencedores de outros países e tenham a oportunidade de discutir as diferenças nas questões ambientais entre os países e encontrar soluções para problemas comuns.

Já foram premiados mais de 350 jovens de 19 países da Ásia, América Latina, África e Europa.



PontocomCiência

O Projeto PontocomCiência é uma adaptação local de um projeto mundial da Bayer, o Making Science Make Sense (em português, Fazendo a Ciência Fazer Sentido), e tem como objetivo despertar o interesse de crianças, jovens, professores e da comunidade como um todo em ciência e pesquisa com experiências simples e interativas.

No Brasil, considerando as necessidades sociais da população e para fortalecer a relação da Empresa com as comunidades próximas aos principais escritórios da Bayer, o projeto é voltado para as comunidades vizinhas, começando pela unidade Socorro, na zona Sul de São Paulo, sede da Bayer no Brasil. Como a área abriga diversos corpos d'água importantes para a cidade de São Paulo, como a represa Guarapiranga e diversos mananciais, o foco do projeto são os recursos hídricos. A iniciativa já foi iniciada em duas escolas públicas da região e é realizada em parceria com a Fundação Abrinq. O PontocomCiência também é uma iniciativa ligada ao programa de voluntariado da Empresa.



Escola de Futebol

A Escola de Futebol da Bayer, localizada em Belford Roxo, no Rio de Janeiro, atende anualmente 250 crianças e jovens carentes de 11 a 19 anos. Por meio do futebol, a Bayer atinge a prioridade de seu projeto: a educação dos jovens jogadores. Para treinar, o atleta tem que comprovar frequência na escola e apresentar seu boletim periodicamente, mostrando que mantém suas notas acima da média exigida pela instituição de ensino.

Considerada uma das melhores instalações esportivas da Baixada Fluminense, com 15 mil m², a Escola oferece todo o material esportivo e seguro para acidentes na prática de futebol. Os meninos são divididos em cinco categorias e treinam quatro vezes por semana com a supervisão de treinadores e profissionais da área médica, parte de uma parceria com a empresa Amil.

Em 2006, em uma parceria com a Universidade ABEU, a Escola de Futebol passou a oferecer uma oficina de Redação e Português que funciona como um reforço escolar para os atletas. Já em 2007, a Escola deu mais um chute certo e agora realiza também aulas de Informática aos participantes, e em 2008 formou, pela primeira vez, uma turma de meritíus. Outra novidade, a partir de 2009, são as aulas de reforço de matemática.

Desde a sua criação, em 1993, a Escola de Futebol da Bayer já recebeu 18 mil inscrições para o projeto e formou mais de 2 mil atletas e cidadãos.



Escola Verde

A Bayer desenvolveu a Escola Verde com o objetivo de estimular a conscientização ambiental dos estudantes e professores da rede pública de Belford Roxo, no Rio de Janeiro, oferecendo informações sobre meio ambiente com foco em reciclagem e preservação ambiental. Três vezes por semana, dois grupos de 50 alunos do ensino fundamental visitam a Escola Verde para aprender mais sobre o meio ambiente. O tema é abordado de forma interativa com uma visita guiada a trilha ecológica da Bayer, localizada em uma área verde ao lado do Parque Industrial de Belford Roxo. Durante o passeio, um biólogo apresenta a vegetação nativa da região e todos são convidados a plantar uma muda de árvore em uma área em recuperação.

Nos últimos 3 anos, mais de 17 mil crianças e jovens participaram do Projeto, que oferece educação sobre meio ambiente com palestras e filmes, além de uma exposição feita a partir de material reciclado e uma gincana. No encerramento do passeio, cada criança recebe um jogo ecológico desenvolvido especialmente para o projeto chamado "Corrida Ecológica", que trabalha de forma divertida os conceitos de ciência, saúde e ecologia.



Reforço Alimentar

Diariamente cerca de 2.300 crianças e jovens, de 2 a 14 anos, de 26 associações de moradores e creches comunitárias de Belford Roxo, no Estado do Rio de Janeiro, são beneficiados com o projeto Reforço Alimentar. Como atrativo para as aulas e reforço escolar, as refeições têm contribuído para o desenvolvimento saudável, garantindo a frequência na escola e melhorando o desempenho e o nível de concentração dos estudantes.

O projeto inclui o fornecimento mensal de sopas e o acompanhamento dos resultados por meio de visitas periódicas aos refeitórios das instituições nos horários de distribuição. Desde o início dessa atividade já foram servidas mais de 3,6 milhões de refeições, contribuindo efetivamente para a melhoria do desenvolvimento dos menores atendidos.



11

Olimpíadas da Cidadania

Anualmente, durante seis semanas, mais de 8 mil crianças e jovens atletas e mais de 450 portadores de deficiências físicas e mentais participam das Olimpíadas da Cidadania de Belford Roxo (RJ). Realizada com patrocínio da Bayer desde 1995, o evento conta com diversas competições masculinas e femininas de futebol de campo e salão, vôlei, handball, basquete, atletismo, natação, tênis de mesa, karatê e corrida rústica. Para os portadores de necessidades especiais são realizadas competições de natação, judô, futebol de salão e hóquei sobre piso, também nas categorias masculina e feminina.

As Olimpíadas da Cidadania de Belford Roxo são o único projeto de inclusão de portadores de deficiências da Baixada Fluminense e combinam o incentivo ao esporte com inclusão social.



12

Jovens para um Futuro Melhor

A Bayer apoia também uma iniciativa cultural da escola de samba Inocentes de Belford Roxo, no Rio de Janeiro. Chamado Jovens para um Futuro Melhor, o projeto consiste em oficinas profissionalizantes para jovens carentes. Nestas oficinas, eles aprendem, por exemplo, corte, costura e todo o processo de criação e montagem de figurinos para eventos culturais, como o Carnaval. Com o objetivo de desenvolver mão-de-obra qualificada para o mercado da produção cultural, o projeto cria também perspectivas para a formação de equipes especializadas na produção de roupas de espetáculos em todas as suas fases, da concepção do figurino até o acabamento final.

Anualmente, 60 alunos das comunidades carentes de Belford Roxo participam do projeto, que já capacitou 180 jovens.



13

Por um Futuro Melhor

A Bayer é parceira do projeto Por um Futuro Melhor, uma iniciativa da ONG AMAJA, associação sem fins lucrativos localizada no município de Belford Roxo (RJ).

Atualmente, o projeto beneficia cerca de 75 crianças e adolescentes de famílias de baixa renda da comunidade de Belford Roxo, contribuindo para a melhoria de serviços de saúde, educação, cidadania e alimentação. A partir desse conjunto de ações, a iniciativa proporciona a esse grupo uma vida melhor e com mais qualidade.



14

Programa ATO

Um dos maiores projetos sociais realizados pela Empresa no Brasil, o ATO - Programa de Atenção e Orientação à Saúde Sexual e Reprodutiva foi desenvolvido pela Schering do Brasil em 1993 e incorporado pela Bayer Schering Pharma em 2006, após a aquisição da Schering pela Bayer. Com o objetivo de orientar jovens e adultos sobre saúde sexual e reprodutiva, o programa aborda principalmente temas como o planejamento familiar e os métodos contraceptivos. Além disso, os 12 orientadores também esclarecem mitos e tabus da adolescência, com palestras ministradas em escolas e empresas em dezenas de cidades do Brasil – são mais de 3.500 palestras anualmente.

O ATO também tem sido realizado com sucesso nas comunidades vizinhas aos sites da Bayer, oferecendo mais saúde e educação aos jovens. Até hoje 1,7 milhão de jovens e mais de 200 mil adultos já foram beneficiados pelo Programa.

Canal Futura

Com uma programação educativa e social, o Canal Futura tem o compromisso de promover a educação dos brasileiros. Este também é um dos compromissos sociais da Bayer Schering Pharma que desde 2002 é uma das parceiras mantenedoras do canal criado em 1997. O Futura atinge mais de 70 milhões de brasileiros, e com isso constitui uma rede de diálogo que favorece o desenvolvimento das comunidades envolvidas, gerando conteúdo a partir da realidade das pessoas.

Produzidos a partir de um modelo colaborativo, que envolve ONGs, universidades, jovens e produtoras independentes, os programas do canal são desenvolvidos com o envolvimento de mais de 12 mil instituições sociais e educacionais. A Bayer Schering Pharma é parceira do canal na área da saúde, colaborando com o conteúdo de programas como Ao Ponto, Estação Saúde e Saúde & Tal.



15



16

Prêmio Bayer Jovem Farmacêutico

Lançado em 2007, o Prêmio Bayer Jovem Farmacêutico é o primeiro prêmio criado no Brasil pela indústria farmacêutica para reconhecer os profissionais desta área, apoiando a pesquisa e investindo em estudantes e profissionais que procuram alternativas para a saúde dos brasileiros. A iniciativa é destinada a estudantes de Farmácia e profissionais recém-formados inscritos no Conselho Regional de Farmácia de seu estado que tenham menos de 30 anos de idade. Os vencedores são selecionados por uma comissão julgadora independente constituída por membros da comunidade científica e representantes da entidade de classe dos farmacêuticos. A avaliação é feita a partir dos critérios contribuição ao conhecimento sobre o tema, originalidade, qualidade do texto quanto à linguagem e qualidade da apresentação.

O Prêmio Bayer Jovem Farmacêutico é uma parceria entre o Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo e a Bayer HealthCare e conta com o apoio da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP) – Unidades São Paulo e Ribeirão Preto – e do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) do Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Projeto Cão-Guia

Resultado da parceria entre a Bayer HealthCare e a ONG Integra – Instituto de Integração Social e de Promoção da Cidadania – o Centro Integra de Treinamento de Cães-Guia é uma iniciativa pioneira no Brasil e na América Latina de adestramento de cães-guia para pessoas portadoras de deficiências visuais. Com sede no Distrito Federal, o projeto conta com áreas de treinamento, maternidade e clínica veterinária para os cães, além de um alojamento para os deficientes visuais, já que eles passam cerca de 25 dias no local para treinamento e adaptação com o animal.

O principal benefício do projeto está em melhorar a qualidade de vida das pessoas com esse tipo de deficiência, uma vez que o cão-guia contribui de forma significativa para a independência do deficiente visual, favorecendo sua mobilidade no convívio em sociedade e no mercado de trabalho. Desde a criação do Centro, mais de 50 cães nasceram destinados a se tornarem guias. O Centro Integra recebe produtos da Bayer HealthCare para cuidar dos cães que fazem parte do treinamento.



17

18

PetSmile

Terapia mediada por animais para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Esse é o objetivo do Projeto PetSmile, fundado em 1997 pela veterinária e psicóloga Dra. Hannelore Fuchs, que consiste em um programa assistencial e educativo que realiza visitas periódicas com animais de pequeno porte a instituições de populações especiais: crianças e adultos em hospitais, crianças portadoras de necessidades especiais em escolas, crianças em creches e casas dedicadas a idosos.

Atualmente 22 voluntários trabalham no projeto, visitando nove instituições em São Paulo acompanhados de cães, tartarugas, coelhos, chinchilas, cobaias, peixes e gatos. Os animais são manuseados, socializados, educados e passam por rigorosa avaliação comportamental, onde seu desempenho é reavaliado a cada sessão. Até o final de 2008 foram mais de 13 mil beneficiados pelo projeto, que tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida de pessoas especiais.

GRAACC – Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer

A meta primordial do GRAACC, entidade não-governamental sem fins lucrativos, é combater o câncer infanto-juvenil proporcionando aos pacientes e familiares um atendimento médico humanizado e de grande excelência científica. Criado em 1991, o GRAACC mantém um moderno hospital de 11 andares, equipado com Unidade de Internação, Hospital Dia, Centro de Transplante de Medula Óssea e Apoio Diagnóstico Terapêutico.

Atualmente, 95% dos pacientes atendidos em seu hospital dependem do SUS – Sistema Único de Saúde. Com o suporte financeiro de empresas como a Bayer Schering Pharma, é possível dar continuidade a esta importante missão, garantindo às crianças e aos adolescentes com câncer o acesso ao tratamento e o direito de alcançar todas as chances de cura com qualidade de vida, dentro do mais avançado padrão científico.



Projeto Biodiversidade

Promover a biodiversidade por meio da restauração ambiental e paisagística da microbacia do Córrego Taquara Branca, em Sumaré (SP), e capacitar um grupo de jovens para uma ação socioambiental educativa e multiplicadora. Estes são os dois principais objetivos do Projeto Biodiversidade, da Bayer CropScience, iniciado em 2005 e desenvolvido em parceria com a ONG Sociedade Humana Despertar, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo, o Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP) e a Prefeitura de Sumaré.

O trabalho realizado na microbacia do córrego Taquara Branca já viabilizou a formação de corredores ecológicos, que fazem a interligação de diversas ilhas de biodiversidade. Essa interligação facilita a multiplicação de diversas espécies de animais silvestres. Biólogos da Universidade de São Paulo (USP) acompanharam e monitoraram as espécies de aves e mamíferos que passaram a povoar o local. Desde a sua implementação, já foram plantadas cerca de 15 mil mudas de espécies nativas e frutíferas no local e houve restauração de 14 hectares.

No aspecto social, o trabalho é realizado com um grupo de jovens, intitulados Os Pioneiros, que são capacitado por técnicos do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da ESALQ. No aspecto de interação com a comunidade, além das visitas de escolas da região de Sumaré, os jovens que integram Os Pioneiros levam informações sobre biodiversidade, por meio de palestras para outras comunidades.

21



Projeto Mandalla

Desde 2004, a Bayer CropScience é parceira da Agência Mandalla, uma ONG de João Pessoa (PB), que desenvolve o Projeto Mandalla. A Empresa apoia financeiramente e tecnicamente o Projeto, que tem como objetivo viabilizar a produção de alimentos para o sustento familiar de pequenos agricultores de assentamentos rurais de regiões carentes.

A metodologia do Projeto Mandalla tem foco em três pontos básicos: garantia da qualidade de vida, produtividade econômica e equilíbrio ambiental, por meio de ações que incentivem o aproveitamento racional do potencial existente, a água, para a produção de alimentos com qualidade, produtividade e responsabilidade social, na melhor forma de combate à fome e à miséria. Por meio da construção de canteiros ao redor de tanques circulares, chamados mandalas, o sistema de irrigação possibilita o cultivo de hortaliças, legumes e frutas. A água do tanque também é utilizada para a criação de peixes e aves.

Em 2005, foi criado o UNICENTER Mandalla (Centro Nacional de Difusão de Tecnologias Sociais), em Cuité (PB), com o objetivo de capacitar jovens e adultos para disseminarem a tecnologia Mandalla e, assim, continuar desenvolvendo outros projetos auto-sustentáveis. O Projeto Mandalla já beneficiou mais de 1.500 pequenos agricultores em assentamentos rurais em Estados brasileiros como Paraíba e Minas Gerais.

22



Projeto Águas

O Projeto Águas é um trabalho ambiental apoiado pela Bayer CropScience desde 2001 e desenvolvido em três diferentes regiões do País: Santa Cruz do Sul e Região (RS), Iperó (SP) e Itáberat (GO). O projeto tem como principais objetivos orientar os produtores rurais sobre a importância da agricultura sustentável e sobre a preservação de corpos d'água em propriedades agrícolas.

Essa orientação visa recuperar áreas degradadas, por meio do plantio de espécies nativas e frutíferas, e também conservar as áreas de preservação permanente, conforme consta da legislação brasileira, contribuindo assim para o desenvolvimento da agricultura sustentável. Por meio do Projeto Águas, a Bayer CropScience oferece ferramentas para que o agricultor mantenha um relacionamento harmonioso com o ambiente e, assim, contribua para a tão desejada sustentabilidade da agricultura.

Nos três projetos praticos, realizados em São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás, foram plantadas mais de 28.000 mudas.

Projeto Nossa Água

A iniciativa da Integrada Cooperativa Agroindustrial, de Londrina (PR), foi criada a partir do Projeto Águas da Bayer CropScience e conta com o apoio exclusivo da Empresa desde 2006.

O projeto tem como objetivo conscientizar os associados da cooperativa sobre a recuperação da mata ciliar e de viveiros do Paraná por meio do suporte técnico dos próprios colaboradores da Integrada. Desde sua criação, a Integrada já repassou aos seus cooperados mais 600 mil mudas de árvores nativas para recuperação da mata ciliar de 92 municípios paranaenses e também colocou nos rios mais de 67 mil alevinos (filhotes de peixes).



23



24

Parceria com a AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente

Desde 1995, a Bayer MaterialScience, divisão de materiais inovadores da Bayer, doa mensalmente toda a quantidade necessária das matérias-primas Baydur® e Desmodur®, da área de Poliuretanos, para a confecção de próteses da AACD.

O poliuretano, uma espuma rígida, é muito mais leve do que a madeira, que era utilizada antigamente, o que garante mais conforto e mobilidade aos pacientes, contribuindo com a melhora da qualidade de vida e promovendo a inclusão social dos deficientes físicos. A Bayer também oferece assistência técnica para garantir que os produtos sejam utilizados de maneira correta e com segurança.

Fundada há 57 anos para ajudar crianças e adolescentes com paralisia infantil, a AACD é hoje é uma das entidades filantrópicas mais respeitadas do País, e se estabeleceu como referência para o tratamento de deficientes físicos. 96% dos mais de cinco mil atendimentos realizados pela AACD são gratuitos. Metade desses atendimentos acontece na sede da AACD em São Paulo (SP), onde a instituição mantém a Ortopedia, setor que fabrica as próteses com os produtos Bayer.



25

Parceria com a Fundação Abrinq

Desde 2001, a Bayer possui o selo da Fundação Abrinq - Empresa Amiga da Criança, que reconhece que a Empresa cumpre os dez compromissos com a infância e a adolescência. Entre eles destaca-se o comprometimento da Empresa contra o trabalho infantil com medidas de prevenção e erradicação como, por exemplo, alertar os fornecedores que uma denúncia comprovada de trabalho infantil pode causar rompimento da relação comercial. Além disso, os compromissos incluem medidas com o público interno da Empresa, como assegurar que os colaboradores matriculem seus filhos menores de 18 anos no ensino fundamental, incentivar e auxiliar as gestantes a realizar o pré-natal e possibilitar condições para que as mães possam amamentar seus filhos até, no mínimo, os seis meses de idade.



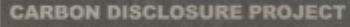
26



World Business Council for Sustainable Development

World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)

A Bayer faz parte do World Business Council for Sustainable Development desde 1997, que hoje reúne mais de 200 empresas, e é focado em desenvolvimento sustentável e negócios. A partir dele, as empresas mais engajadas com os assuntos compartilham as melhores práticas de sustentabilidade, estabelecendo uma rede entre órgãos públicos e privados de 35 países e 20 grandes setores da indústria. A Bayer também está entre os fundadores do fórum industrial alemão de desenvolvimento sustentável "ecosense" e foi uma das primeiras empresas a assinar o novo "Responsible Care Global Charter", em 2006. No Brasil, o World Business Council for Sustainable Development é representado pelo Conselho Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), do qual a Bayer no Brasil é membro fundador.



Carbon Disclosure Project (CDP)

O Carbon Disclosure Project (CDP) é uma organização com o objetivo de criar um relacionamento de longo prazo entre acionistas e empresas, facilitando o diálogo sobre as implicações da mudança climática nas operações. Cerca de 3 mil empresas, entre elas a Bayer, fazem parte da iniciativa, que em oito anos se estabeleceu como principal padrão para metodologia e processos relacionados a emissões de carbono. O CDP classifica anualmente as 500 maiores empresas do mundo com ações negociadas que conseguiram reduzir a emissão dos gases do efeito estufa e implementar estratégias para a administração das mudanças climáticas, assim como a divulgação de suas informações, no chamado Climate Disclosure Leadership Index, o primeiro índice internacional de proteção climática. Em 2007, pela terceira vez consecutiva, a Bayer foi incluída com a classificação "Best in Class", como a única empresa alemã em seu setor.



Global Reporting Initiative (GRI)

Promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Global Reporting Initiative incentiva a publicação transparente de dados econômicos, ambientais e sociais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Hoje, mais de mil organizações em mais de 60 países usam os critérios do GRI, que são constantemente aprimorados por um time renomado de investidores e economistas. A Bayer apoia ativamente o GRI, utilizando os critérios em seus relatórios.



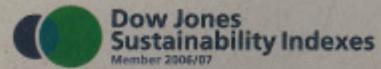
3C

A Bayer mostrou mais uma vez o seu pioneirismo na proteção ambiental, sendo uma das empresas fundadoras da iniciativa 3C – Combat Climate Change (Combatendo Mudanças Climáticas). O 3C é formado pelas indústrias líderes neste assunto com o objetivo de desenvolver uma nova política global em continuidade às metas do Protocolo de Kyoto.



Pacto Global – Global Compact

A Bayer é uma das fundadoras do Pacto Global, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1999, a ONU lançou um desafio aos líderes de negócios: participar de uma iniciativa internacional que reunisse empresas, agências da ONU e a sociedade civil em prol da defesa dos dez princípios universais, e também da implementação das oito metas do milênio. O Pacto Global é um guia para negócios comprometidos em alinhar suas operações e estratégias com os princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção. Sua principal preocupação é construir a legitimidade social de negócios e mercados, mostrando que práticas de negócios responsáveis geram confiança e capital social, contribuindo para mercados sustentáveis.

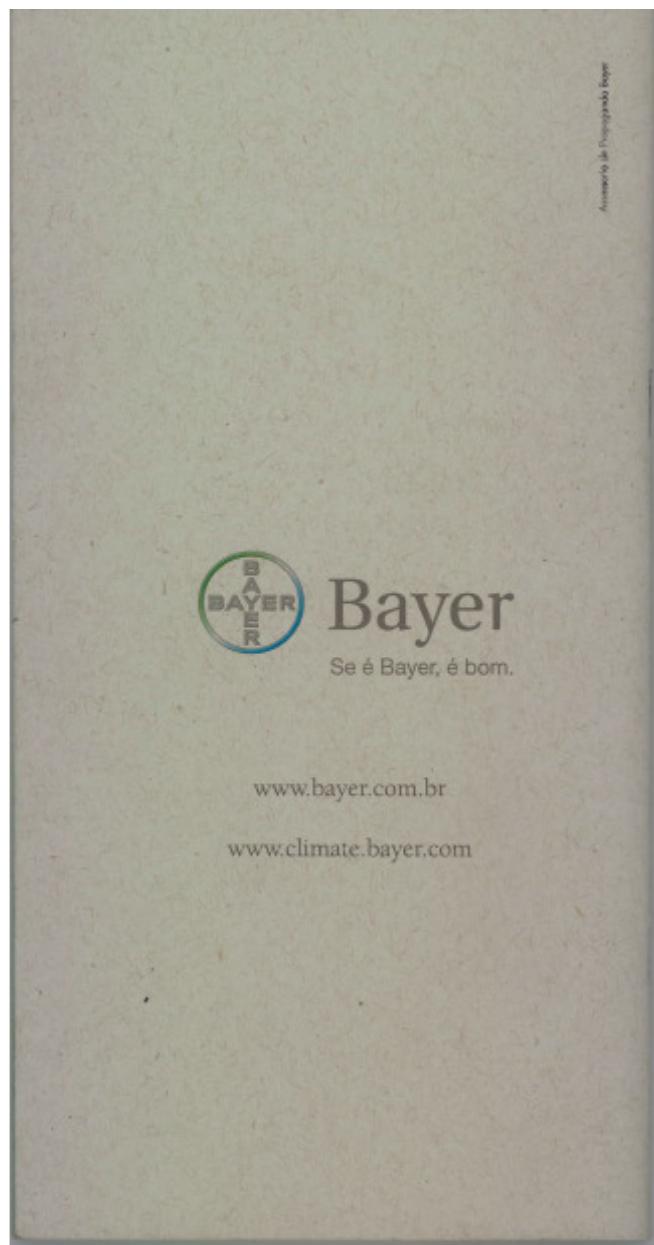


A Empresa é reconhecida como líder na redução de emissões de carbono por diversos organismos internacionais, como o Dow Jones Sustainability World Index, que em 2007 incluiu a Bayer novamente no Climate Leadership Index. O Climate Leadership Index é um dos primeiros índices para classificar empresas sustentáveis e é o primeiro específico de proteção climática. A Bayer está presente no Dow Jones Sustainability World Index desde sua criação, assim como no DJSI STOXX, índice europeu de sustentabilidade. A Bayer também foi incluída nos índices FTSE e FTSE4Good, criados para medir o desempenho de empresas que atendem aos critérios globais de responsabilidade social.



PNUMA

Desde 2004, a Bayer mantiém uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que envolve atividades focadas em juventude e meio ambiente. O principal projeto resultante desta parceria é o Programa Bayer Jovens Embaixadores Ambientais (BYEE), que todos os anos promove um encontro de jovens autores de projetos na área de desenvolvimento sustentável e meio ambiente.



APÊNDICE E

Reportagem sobre o programa Jovens Embaixadores Ambientais, publicado no suplemento do jornal Estado de São Paulo em 29 de Março de 2011.

APÊNDICE F

Autorização da empresa Bayer S/A para a publicação de informações das ações socioambientais.



A/C Luciana Freitas dos Santos
Ref.: Autorização para publicação de informações

São Paulo, 31 de agosto de 2011.

Prezada Luciana Freitas dos Santos,

Em resposta ao seu pedido, autorizamos a publicação das informações a respeito da Bayer e sua atuação na área de responsabilidade socioambiental na dissertação e artigo científico de sua autoria, com o título “Análise da Responsabilidade Socioambiental na Indústria Químico-Farmacêutica”.

Atenciosamente,

Luciana Marganelli
Luciana Marganelli
Comunicação Corporativa